

CLÁUDIA CRISTINA VENÂNCIO

**LÍNGUA E PRECONCEITO: UMA ANÁLISE DE ESCRITOS DO PROFESSOR
PASQUALE NO JORNAL *O GLOBO***

Dissertação apresentada à Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR como parte das exigências do Programa de Mestrado em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora:

Prof. Dra. Beatriz Maria Eckert – Hoff

Três Corações

2006

AULA DE PORTUGUÊS

Carlos Drummond de Andrade

*“A linguagem
Na ponta da língua
Tão fácil de falar
E de entender.*

*A linguagem
Na superfície estrelada das letras,
Sabe lá o que quer dizer?*

*Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
E vai desmatando
O Amazonas de minha ignorância
Figuras de gramática, esquipáticas,
Atropelam-me, aturdem-me, seqüestram-me.*

*Já esqueci a língua em que comia,
Em que pedia para ir lá fora,
Em que levava e dava pontapé,
A língua, breve língua entrecortada
Do namoro com a prima.*

O português são dois; o outro, mistério.”

(In: Andrade, 1979)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por dar-me perseverança nesta conquista.

A meus professores do curso de mestrado, por proporcionarem-me a oportunidade de enxergar o mundo de maneira diferente. Com muito carinho: Aparecida Maria Nunes, Marcelino Rodrigues, Luciano Novaes Vidon, Geysa Silva, Maria Luiza Cunha Lima, Sérgio Roberto Costa, Luiz Fernando e, especialmente, agradeço muito à Beatriz Maria Eckert-Hoff, a quem tive o privilégio de ter como orientadora, pela competência e pela confiança no meu trabalho.

A todos os colegas de trabalho, pela ajuda, pela paciência, por compartilhar as angústias, e a todos que acreditaram e contribuíram para meu êxito profissional: Irene, Sirlei, Mirian, Ilze, Ruth, Fátima, Dione, Deise, Selma, Maura e Íris, em especial a querida amiga Elaine, pelas leituras enriquecedoras, opiniões e incansável ajuda em meu trabalho, e Cláudia Batista, pela grandiosa amizade.

A meus familiares, em especial meu filho, João Víctor, minha mãe, Solange, e com enorme gratidão a meu pai, que incansavelmente contribuiu para a realização desse meu objetivo.

A meus colegas Cristiele e Lélío, por ajudarem na correção e digitação do meu trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse sonho.

RESUMO

VENÂNCIO, Cláudia Cristina. **Língua e preconceito: uma análise de escritos do professor Pasquale no jornal *O Globo***. 2006. (Dissertação Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações – MG.

Este trabalho, como o próprio título sugere, gira em torno de estudar a língua, sua evolução e os preconceitos, tendo como objeto de estudo uma análise de escritos do professor Pasquale publicados no jornal *O Globo*. Para tanto, fundamentamo-nos, especialmente, em autores como Kock (2002), Ilari (2006), Bagno (1997, 2001, 2002, 2003), Scherre (2005) e Perini (1997, 2002, 2004), dentre outros, para abordarmos questões como: as relações de poder na sociedade, a noção de argumentação, a persuasão, a influência da mídia e também as variações lingüísticas que ocorrem na língua portuguesa. Vimos que os escritos analisados evidenciam recomendações sobre como usar o português corretamente, destacando, de certa forma, os preconceitos lingüísticos que são claramente propagados juntamente com essas colunas. Apresentamos uma proposta de reflexão sobre os preconceitos lingüísticos que existem no Brasil e que são divulgados através do objeto pesquisado e sobre como isso pode se refletir no uso da língua e no ensino.

ABSTRACT

VENÂNCIO, Cláudia Cristina. **Língua e preconceito: uma análise de escritos do professor Pasquale no jornal *O Globo***. 2006. (Dissertação Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações – MG.

This work, as the own title suggests, rotates around studying the language, your evolution and the prejudices, tends as study object an analysis of teacher's Pasquale writings published in the newspaper *The Globe*. For so much, we based ourselves, especially, in authors as Kock (2002), Ilari (2006), Bagno (1997, 2001, 2002, 2003), Scherre (2205) and Perini (1997, 2002, 2004), among other, for us to approach subjects as: the relationships of power in the society, the argument notion, the persuasion, the influence of the media and also the linguistic variations that happen in the Portuguese language. We saw that the analyzed writings evidence recommendations on how to use the Portuguese correctly, highlighting, in a certain way, the linguistic prejudices that are clearly spread together with those columns. We presented a reflection proposal about the linguistic prejudices that exist in Brazil and that are published through the researched object and I eat that it can be reflected in the use of the language and in the teaching.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT	07
1 INTRODUÇÃO	09
2 PODER E SOCIEDADE.....	14
2.1 Conceitos de poder.....	14
2.2 Poder, sociedade e discriminação.....	16
2.3 Argumento e persuasão: o poder da imprensa	18
3 A LÍNGUA NO TEMPO.....	25
3.1 Origem da língua e sua mutação no tempo	26
3.2 Tipos de variação e mudança lingüística.....	33
3.3 Tipos de estilos lingüísticos	40
4 NORMA PADRÃO E PRECONCEITO SOCIAL.....	50
5 PROFESSOR PASQUALE E SUAS COLUNAS: UMA ANÁLISE.....	57
5.1 Análise do texto 01: “Ao pé da letra”	60
5.2 Análise do texto 02: “O coração de seu carro são...”.....	65
5.3 Análise do texto 03: “Refugiamo-nos no amor...”	69
5.4 Análise do texto 04: “Os estados que a compõem”	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

1 INTRODUÇÃO

Falar, escrever, ler e escutar são habilidades indispensáveis à vida humana e que nos permitem interagir com o mundo e participar das transformações que nele ocorrem. Colocamos em prática essas habilidades por meio da linguagem. Sendo a linguagem um produto social, as pessoas são responsáveis pelas mudanças e inovações que com ela ocorrem.

A língua, de acordo com Geraldi (1984), é um conjunto de signos capaz de transmitir ao receptor uma mensagem. É, pois, fator principal de comunicação-interação com o mundo, sendo que, pelas suas formas de uso e funcionamento, limita, por vezes, nossa atuação como participantes do mundo, pois é, também um meio de poder.

Desde a Antigüidade o poder sempre esteve para alguns e o desejo de obtê-lo por quem não o tinha também. Apesar de o mundo ter avançado em muitas descobertas em todos os sentidos e a população aderir e participar das modificações, infelizmente, com a língua portuguesa, principal objeto do nosso estudo, é um pouco diferente. Muitas mudanças ocorridas na língua ainda são vistas como “mau uso” ou “erro” por pessoas que tentam manter um padrão de língua de tempos remotos.

Embora estejamos em uma época avançada no que diz respeito a avanços tecnológicos, científicos, muitos preconceitos ainda estão arraigados ao passado tradicional.

Aprendemos na escola que o português é uma língua viva, criativa, mas infelizmente considerada “cheia de erros” pela norma padrão que ainda constitui modelo de língua “certa” que povoa a mente dos brasileiros.

Segundo o lingüista Rajagopalan (2003), o brasileiro sofre o que se chama de baixa auto-estima em relação à língua portuguesa falada no Brasil, pois os brasileiros acreditam que falamos muito errado o português e que em Portugal o uso da língua é utilizado corretamente.

Podemos considerar isso um preconceito: primeiro, porque querer que Brasil e Portugal tenham o mesmo dialeto é impossível, pois os dois países têm uma considerável distância geográfica e, sem dúvida, cultural; segundo, porque o português originou-se do latim vulgar, latim que era falado pelo povo, pelos soldados que foram conquistar a

conquistar a Península Ibérica.

Diante dessas questões, este trabalho tem como ponto inicial discutir e analisar os preconceitos que são claramente divulgados nas colunas do jornal O GLOBO, onde o professor Pasquale Cipro Neto possui uma página semanal cujo objetivo visa a fazer correções nos usos da língua pelos brasileiros e, conseqüentemente, dispara seus preconceitos contra aqueles que não sabem usá-la “corretamente”, isto é, de acordo com a norma padrão. Partimos do pressuposto de que o professor não dá importância às diferenças dialetais, e desconsidera a língua ser um produto social, que está aberta às modificações que acontecem em todos, ou seja, a língua também acompanha a evolução.

Nossa pesquisa partiu de vários pontos: um deles foi o fato de participando e atuando no cotidiano escolar, convivendo com alunos do ensino fundamental e médio, como professora de Língua Portuguesa, algumas questões com relação à língua foram fazendo com que sempre repensássemos a nossa prática de ensino. É por meio da língua que aprendemos todos os outros conteúdos, por isso é dada uma responsabilidade muito grande ao ensino de língua, como também é dela a responsabilidade dos “fracassos” dos alunos, uma vez que, a própria escola sempre nos ensinou que “português é muito importante”. Assim sendo, em muitos ambientes escolares, alguns pensamentos ainda se pautam em acusar o professor de português de não ensinar corretamente, responsabilizando-os pelos fracassos dos alunos, bem como a maneira deles falarem, vista às vezes como errada ou feia.

Desde o ano de 2003, nossa atuação foi em turmas de 8ª séries do ensino fundamental em uma escola de periferia de Três Corações. E, no primeiro dia de aula, costumamos realizar, após as devidas apresentações, um questionário com os alunos sobre a vida pessoal e escolar deles, com o objetivo de conhecê-los. Uma das perguntas é sobre qual matéria teriam mais dificuldade e qual sugestão teriam para saná-la. Não é mais surpresa quando mais da metade deles responde que português é a pior matéria e as soluções seriam que as aulas não tivessem redações, que deveria acabar com decoreba de classes de palavras, bem como suas regras de uso. Essa aversão era comprovada através de seus desinteresses pelas aulas e também das frases proferidas por eles como: “odeio Português”, “português, é muito difícil”, “português é a matéria mais chata” ou “não sei

chata” ou “não sei falar direito”, ou criticando os falares diferentes: “fulano fala assim porque é da roça”, “paulista fala bonito”, “mineiro tem dialeto feio”. Percebemos que essas frases não são apenas ditas por alunos, mas também por professores.

Com o objetivo de melhorar o interesse dos alunos e conseqüentemente a sua valorização pelo seu dialeto, buscamos estudos que nos forneceria práticas para acabar com esse impasse. Assim, começamos a colecionar materiais que nos fornecessem suporte teórico e prático. Um desses materiais foram as colunas do professor Pasquale. Começamos a guardar este tipo de material ainda com o intuito de levar para os alunos a maneira certa de aprender a língua e seguir as orientações por ele recomendadas. A coleta do material foi acontecendo toda semana, no entanto, não correspondiam com as aulas e muito menos com a turma com que trabalhávamos. Assim, as dúvidas cresciam ainda mais. Começamos a admitir que as recomendações ali feitas não eram suficientemente satisfatórias e que em nada colaboravam para aniquilar as dificuldades que eu procurava vencer juntamente com os alunos; muito pelo contrário, a dúvida passava também a ser nossa porque as análises feitas contribuía para mais questionamentos. Portanto, o material coletado ficou sendo guardado toda semana sem o objetivo inicial. Quando começamos o curso de Mestrado, logo as coisas, o mundo todo, enfim a vida, passou a ter um sentido diferente, pois permitiu um olhar diferenciado e mais crítico das coisas. E assim também aconteceu com os materiais coletados em nossa prática de professora. Com os estudos e com a ajuda de uma disciplina do referido curso, pudemos, em primeiro lugar, respeitar mais nossos alunos com suas dúvidas, fracassos e em segundo, reconhecer que existem formas diferentes de vermos o português, que não existe somente uma língua no Brasil, mas diversas línguas. E em terceiro, uma grande inquietação: por quê continuar tratando os nossos alunos como se não soubessem português, por que continuar ensinando língua portuguesa se ensinávamos para quem já sabia?

Há tempos que percebemos que existe na escola um verdadeiro terror de Língua Portuguesa por muitos terem esses pensamentos arraigados, acreditando que português refere-se somente às “complicadas” regras que contém a gramática ou que não sabem português porque nunca escreveram “boas” redações.

Por meio das incontáveis regras que ensinamos aos nossos alunos e que verdadeiramente não ajudam tanto porque passamos a vida inteira estudando, como por exemplo, o que é substantivo comum, simples, primitivo, derivado, coletivo e, quando chegamos no colegial, continuamos sem saber.

Enquanto ficamos presos a ensinar gramática para os alunos, na certeza de que estamos ensinando-os a falar e escrever corretamente, muitas vezes matamos o que existe de mais importante em cada um deles: a sua variedade lingüística, seu conhecimento, principalmente com aqueles que são de outros estados.

Percebendo ser necessário repensar essas questões de forma mais fundamentada, buscamos desenvolver a pesquisa diante dos seguintes objetivos: conhecer a origem da língua portuguesa; descrever as variações lingüísticas no tempo; compreender as modificações sofridas pela língua ao longo do tempo; estudar como as variações refletem em questões sociais; refletir sobre os preconceitos lingüísticos que assolam a população brasileira; e também o poder da imprensa na formação de opinião pública; analisar as colunas do jornal O GLOBO em que o Professor Pasquale faz suas recomendações sobre os usos da língua; mostrar o preconceito nessas colunas e, finalmente distinguir ao argumentos que o professor utiliza para sustentar o que é “certo” e “errado” na língua.

A coleta do material de análise, ou seja, as colunas do jornal O Globo, onde o professor Pasquale escreve, teve início em 2002. Como já explicitamos, com o objetivo de guardar para uso próprio e como material precioso (assim pensava) para as aulas de português. Entretanto, não foi para isso utilizado, devido às reflexões que sempre buscamos executar com base nas recomendações do professor, por ser análises que diversas vezes se distanciavam da verdade e que outras pareciam não querer por parte dele aceitar que o povo de um modo geral participa da construção de sua língua.

A coluna do jornal O GLOBO, em que o professor Pasquale escreve era intitulada, naquele ano de coleta, de “AO PÉ DA LETRA”. Em 2005 a coluna com o referido nome passou a fazer parte de uma página da revista O GLOBO, também aos domingos, mas sem o antigo nome.

Como forma de organização, dividimos nosso trabalho em cinco capítulos. No primeiro discutimos o poder e seus vários conceitos. No segundo, sintetizamos a origem da língua com suas modificações sofridas ao longo do tempo, exemplificando sempre para melhor percebermos o quanto ela se modifica. Também falamos sobre variação lingüística e seus tipos, baseados nas teorias de Bagno (1997, 2001, 2002, 2003).

No terceiro capítulo, apresentamos as colunas do jornal O Globo com os comentários do professor Pasquale e procedemos à análise destes para mostrar formas de preconceito que aparecem nesses textos. Baseamos nosso estudo nos apontamentos de Scherre (2005) e também nas teorias de argumentação de Koch (1984), que comprovam a autoridade com que o referido professor busca convencer os leitores de sua coluna no jornal. Usamos também os estudos de Perini (1997, 2002, 2004), que descreve relatos de preconceitos lingüísticos e sociais em seus estudos, levando-nos a acreditar que o preconceito lingüístico é apenas uma máscara para o preconceito social existente no Brasil.

Finalmente, mostramos que o reconhecimento dos problemas de comunicação-interação entre nós, falantes, e as diferentes variedades de nossa língua é um importante passo para, quem sabe, resolver ou então diminuir o preconceito lingüístico e social existente no Brasil.

Ressaltamos ainda que nosso objetivo não é analisar morfológicamente as regras e juntamente com elas os preceitos do professor Pasquale, mas apenas analisar os preconceitos que vincula juntamente com tais preceitos, mascarando um preconceito que é social.

2 PODER E SOCIEDADE

Desde os primórdios da divisão da sociedade em classes, a necessidade de ter o poder sempre existiu. O poder de comando, desde sempre não ficou dividido para muitos, mas apenas para uma minoria que usava de muitas estratégias para obtê-lo. Quem detinha o poder de comando impunha suas regras e quem não conseguia se impor obedecia.

Assim foi desde o começo: os mais fortes sempre comandavam os mais fracos, o poder se exerce muitas vezes devido ao poder aquisitivo das pessoas. O poder pela palavra também se exerce e classifica o que é correto e o que é incorreto, excluindo aqueles que fazem “mau” uso da língua. Para compreender essas questões vejamos as noções de poder.

2.1 Conceitos de Poder

Vários conceitos são atribuídos ao sentido da palavra poder. O mais propagado é o de Weber (1986) que registra: “poder é a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas” (Weber, 1986, p. 45).

A esse conceito Weberiano estão ligadas as relações de capacidade de certos grupos sobrepujarem suas vontades sobre outros grupos para que estes obedeçam e aqueles alcancem os seus objetivos. Objetivos esses, que necessariamente estão ligados à aquisição de riqueza em primeiro lugar.

Bobbio (1996), em um primeiro momento, classifica o poder conforme o meio empregado para a sua manifestação. Assim, existe o poder “econômico”, cujo meio é a riqueza; o poder “ideológico”, cuja moeda é o saber, e o poder “político”, que se vale da força como último recurso para sua manifestação.

Em outro momento, Bobbio (1986) afirma que ter poder significa ter “capacidade” de premiar ou de punir, a fim de obter o comportamento desejado e que pode ser conseguido à custa de promessas de recompensas ou punições, desde que seja reconhecida a capacidade de levá-las a efeito.

Para Galbraith (1986) existem três instrumentos para o exercício do poder: a *coação*, que gera o poder “condigno”, no qual a submissão se dá pela imposição de alternativa “suficientemente desagradável ou dolorosa à não-capitulação; a *recompensa*, gerando o poder “compensatório”, em que a oferta de uma compensação (pecuniária ou social) leva à aceitação da submissão; a *persuasão*, que gera um poder “condicionado”, no qual a submissão é conseguida pelo convencimento do que é apropriado.

Para Toffler (1990), o poder tem como fontes básicas o “músculo” (força), o “dinheiro” (riqueza) e a “inteligência” (conhecimento) que é apontada como a fonte de maior qualidade, pela possibilidade de incrementar a aplicação das outras fontes.

Russell (1979) registrou que o poder se manifesta mediante o uso da força, de recompensas e castigos e influência sobre a opinião, que inclui a oportunidade de criar hábitos desejados nos outros.

Um outro conceito de poder, apresentado por Moreira (1986), tem um sentido mais sociológico: o poder é um fenômeno social no qual uma vontade, individual ou coletiva se manifesta com capacidade de estabelecer uma relação da qual resulta a produção de efeitos desejados, que de outra maneira não ocorreriam espontaneamente. Ou seja, se espontaneamente não ocorrem os efeitos, para alcance dos objetivos almejados, é necessário que exista uma vontade e uma capacidade para que a vontade aconteça de fato. Para conhecer, conceber ou divulgar uma vontade e também para avaliar a capacidade operacional, o poder requer informação. É nesse caso que se aplica o que nos ensina Dizard (1982), de que informação é poder, ou mais que isso, é fator multiplicador e também medida de avaliação do poder.

É importante percebermos os conceitos de poder na sociedade para que possamos compreender um pouco das relações de poder que se exercem pela língua, inclusive. Porque os que detêm poder financeiro, que sabemos que são os mais respeitados na sociedade, utilizam a palavra para impor verdades, opiniões, que muitas vezes podem não ser as da maioria mas, mesmo esta ainda acata por não dispor de argumentos para

argumentos para confrontar as opiniões alheias e escolhem ser sujeitos passivos para não causar polêmicas. E essas inverdades ou opiniões acabam que por excluir da sociedade diversas pessoas que deveriam fazer parte da história do mundo.

1.1 Poder, Sociedade e Discriminação

Conforme afirma Foucault (1979, p. 239), o poder está relacionado a determinadas ações sociais e tais relações são historicamente constituídas. Assim pensamos no poder funcionando em conjunto, isto é, para que o poder e/ou as relações de poder se constituam, é necessário que alguém se submeta, assujeitando-se às ordens impostas e determinadas por aqueles que estão no nível mais elevado dessas relações, haja vista que o poder é historicamente constituído. Na nossa sociedade dividida em classes, verificamos facilmente o grau de poder que têm os indivíduos, porque sabemos que o poder no caso do Brasil pertence à elite dominante de prestígio e de dinheiro, é fácil verificar os que detêm mais poder pela classe social que ocupam.

O poder, desde sempre, foi e sempre será almejado por muitos. Vivemos em diversas situações em função do e para o poder. De acordo com ele, assumimos o nosso papel na vida. Seja no campo social, pessoal, político ou nas relações de convivência, existe o desejo do poder um sobre o outro. Por exemplo: podemos verificar algumas relações de poder existentes: o poder que tem o Estado, o poder da mãe sobre o filho, o poder do professor sobre o aluno, da elite sobre a população de classe social menos favorecida enfim, da imprensa sobre as pessoas com o intuito de seduzir, envolver todo o povo.

Conforme já destacamos, de acordo com Foucault (2000, p. 183), as relações de poder acontecem em conjunto, num dado ambiente onde essas relações podem se manifestar de acordo com os que detêm poder, haja vista as suas condições sociais e seu lugar que ocupa na escala social. Assim, nas relações de poder, também o fator de enorme importância e que é veículo de propagação de poder, é a língua: esta ocupa o lugar que o sujeito que a utiliza, ocupa. Já dizia Bourdieu (1977) que o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico. E assim,

lingüístico. E assim, de acordo com a posição social, é que um indivíduo ocupa sua palavra terá igual valor. Ainda de acordo com Bourdieu (1977) o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico.

Na imprensa, para ser mais precisa, no jornal O GLOBO, percebemos um caso evidente dessa informação e para ser mais exata ainda os dizeres do professor Pasquale mostram claramente seu preconceito ao que é popular e, tendo em vista também que o jornal O GLOBO é voltado para um público específico de leitores que fazem parte das classes média e/ou alta, uma vez que o preço do jornal não é acessível aos famintos ou assalariados brasileiros.

Gnerre (1987) diz que as pessoas falam para serem “ouvidas”, às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos.

Percebemos a credibilidade que possuem aqueles que detêm um poder aquisitivo alto na sociedade. Juntamente com isso está o crédito naquilo que pregam, pois, de acordo com Gnerre (1987), uma variedade lingüística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.

Em uma sociedade complexa, dividida em classes como é o caso da nossa, a palavra pode ter o poder de inclusive impedir a comunicação para diversas pessoas. Analisando isso, temos: até que ponto o jornal O GLOBO pode ser entendido em suas notícias por indivíduos de um nível de educação menos privilegiado?

Deste modo, as recomendações do professor Pasquale, que são mais complexas ainda, ganham mais credibilidade ao pequeno e restrito grupo de leitores do jornal. Estes ouvem aquilo que gostam de ouvir, como: os brasileiros erram cada vez mais e outras barbaridades. Conseqüentemente, os que não têm acesso se distanciam do que deveria estar ao alcance de todos.

No setor político, então, a dificuldade de entendimento por indivíduos de baixo nível é ainda maior, já que o analfabetismo está, muitas vezes, ligado à pobreza.

Vemos que construções complicadas de um jornal se dirigem a um grupo restrito da população. Grupo esse que está muito longe também das problemáticas que envolvem os cidadãos necessitados de comida e de cultura.

Poderemos refletir sobre o poder que tem a palavra de acordo com o poder que tem aqueles que a usam e seus argumentos com o que iremos apontar a seguir sobre imprensa e seu poder de persuasão sobre a sociedade, pois a imprensa não ocupa um papel de impassibilidade frente às problemáticas do Brasil. No caso da nossa pesquisa, os problemas são preocupantes porque à medida em que escutamos pessoas que não possuem conhecimento científico de fato sobre a língua, passam o que pensam afirmando o que é certo e errado, fazem com que a grande população destituída de conhecimento acate sem questionamento os conceitos que ouve. Temos na televisão hoje, muitos formadores de opinião e isso pode ocasionar um equívoco. Baseados nisso passemos, portanto, a compreender os argumentos que a mídia utiliza para obter crédito de seus espectadores.

2.3 Argumento e Persuasão: O Poder da Imprensa

Argumentar também é comunicar. A teoria da comunicação, segundo Koch (1984), diz que, para haver um ato comunicativo, é preciso que seis fatores intervenham: o emissor (aquele que produz a mensagem), o receptor (aquele a quem a mensagem se destina), a mensagem (elemento material, por exemplo, um conjunto de sons, que veicula um conjunto de informações), o código (sistema lingüístico, por exemplo, uma língua, ou seja, conjunto de regras que permitem produzir uma mensagem), o canal (conjunto de meios sensoriais ou materiais pelos quais a mensagem é transmitida, por exemplo, o canal auditivo, o telefone) e o referente (situação a que a mensagem remete). No entanto, a simplifica excessivamente o ato de comunicação, pois concebe o emissor e o receptor pura e simplesmente como pólos neutros que devem produzir, receber e compreender a mensagem.

As coisas são mais complicadas no ato comunicativo. Há uma diferença bem marcada entre comunicação recebida e comunicação assumida. Como comunicar é agir sobre o outro, quando se comunica não se visa somente a que o receptor receba e

compreenda a mensagem, mas também a que a aceite, ou seja, a que creia nela e a que faça o que nela se propõe. Comunicar não é, pois, somente um fazer saber, mas também um fazer crer e um saber fazer. A aceitação depende de uma série de fatores: emoções, sentimentos, valores, ideologia, visão de mundo, convicção política, dentre outros. A persuasão é então o ato de levar o outro a aceitar o que está sendo dito, pois só quando ele o fizer a comunicação será eficiente.

Em geral, pensa-se que argumentar é tirar conclusões lógicas de premissas colocadas anteriormente, como no silogismo, que é uma forma de raciocínio em que de duas proposições iniciais se extrai uma conclusão necessária, como por exemplo:

Todo homem é mortal.

João é homem.

Logo, João é mortal.

No entanto, podemos convencer uma pessoa de alguma coisa com raciocínios que não são logicamente demonstráveis, mas que são plausíveis. Quando a publicidade do Banco do Brasil diz, por exemplo, que ele serve o cliente há mais de cem anos, o raciocínio implícito é que, se ele é tão antigo, deve prestar bons serviços. Essa conclusão a que a publicidade encaminha não é necessariamente verdadeira, mas possivelmente correta. Por isso, argumenta-se não só com aquilo que é necessariamente certo, mas também com o que é possível, provável, plausível.

Argumento aqui será então usado em sentido lato. Observemos que a origem do termo vem do latim *argumentum*, que tem tema *argu*, cujo sentido primeiro é fazer brilhar, iluminar. É o mesmo tema que aparece nas palavras *argenteo*, *argucia*, *arguto*. Pela sua origem, podemos dizer que argumento é tudo aquilo que faz brilhar, cintilar uma idéia. Assim, chamamos argumento a todo procedimento lingüístico que visa a persuadir, a fazer o receptor aceitar o que lhe foi comunicado, a levá-lo a crer no que foi dito e a fazer o que foi proposto.

Nesse sentido, todo texto é argumentativo porque todos são, de certa forma, persuasivos. Alguns se apresentam explicitamente como discursos persuasivos, como a publicidade, outros se colocam como discursos de busca e comunicação do conhecimento, como o científico. Aqueles usam mais a argumentação em sentido lato, estes estão mais comprometidos com raciocínios lógicos em sentido estrito. Seja a argumentação

argumentação considerada em sentido mais amplo ou mais restrito, o que é que, quando bem feita, dá consistência ao texto, produzindo sensação de realidade ou impressão de verdade. Achamos que o texto está falando de coisas reais ou verdadeiras. Acreditamos nele.

São inúmeros os recursos lingüísticos usados com a finalidade de convencer. Vejamos alguns segundo Koch (2004):

Argumento de autoridade:

É a citação de autores renomados, autoridades num certo domínio do saber, numa área da atividade humana, para corroborar uma tese, um ponto de vista. O uso de citações, de um lado, cria a imagem de que o falante conhece bem o assunto que está discutindo, porque já leu o que sobre ele pensaram outros autores, de outro, torna os autores citados fiadores da veracidade de um dado ponto de vista.

Argumento baseado no consenso

As matemáticas com axiomas, que são proposições evidentes por si mesmas e, portanto, indemonstráveis, o todo é maior do que a parte/ duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si. Outras ciências trabalham também com máximas e proposições aceitas como verdadeiras, numa certa época e, portanto, prescindem de demonstração, a menos que o objetivo de um texto seja demonstrá-las. Pode-se usar, portanto, essas proposições evidentes por si ou universalmente aceitas, para efeitos de argumentação, como: a educação é a base do desenvolvimento; os investimentos em pesquisa são indispensáveis para que um país supere sua condição de dependência.

Não se deve, no entanto, confundir argumento baseado no consenso com lugares-comuns carentes de base científica de validade discutível. É preciso muito cuidado para distinguir o que é uma idéia que não mais necessita de demonstração e a enunciação de preconceitos do tipo o brasileiro é indolente, a Aids é um castigo de Deus, só o amor constrói.

Argumentos baseados em provas concretas

As opiniões pessoais expressam apreciações, pontos de vista, julgamentos, que exprimem aprovação ou desaprovação. No entanto, elas terão pouco valor se não vierem

apoiadas em fatos. É muito freqüente em campanhas políticas fazerem-se acusações genéricas contra candidatos incompetentes, corrupto, ladrão e outros. O argumento terá muito mais peso se a opinião estiver embasada em fatos comprobatórios.

Os dados apresentados devem ser pertinentes, suficientes, adequados, fidedignos. Por exemplo, se alguém disser que um determinado candidato não é competente administrativamente porque não sabe português, estará fazendo um raciocínio falacioso, porque o fato de saber português não é pertinente para a conclusão de que alguém seja competente para administrar, uma vez que não existe implicação necessária entre o conhecimento lingüístico de alguém e a qualidade de bom administrador. Por outro lado, se alguém diz que todo político é ladrão, porque a imprensa divulgou que dezenas de deputados fizeram emendas ao orçamento para tirar proveito pessoal, os dados são insuficientes para fazer generalizações, pois do fato de alguns terem sido apontados como desonestos não decorre necessariamente que todos o sejam. Aliás, é preciso tomar muito cuidado com esses argumentos que fazem apelo a uma totalidade indeterminada, pois basta um único caso em contrário para derrubá-los.

Afirmações generalizantes exigem dados ou fatos que lhes sirvam de suporte. Por outro lado, não se podem fazer generalizações indevidas. Um tipo de generalização indevida é tomar o que é acidental, ou seja, acessório, ocasional como se fosse essencial, isto é, inerente, necessário. Mostrar um erro médico e concluir que todos os médicos são charlatões é generalizar indevidamente, porque o erro por descuido, negligência ou imperícia não é inerente à profissão médica, no caso. Também não é a corrupção a atividade política. A maioria das sentenças judiciosas do senso comum são generalizações indevidas. Usar argumentos desse tipo revela um autor acrítico, preso a lugares-comuns, imerso num universo conceitual muito pobre.

No caso de argumentos com provas concretas, podem-se muitas vezes usar casos singulares para comprovar verdades gerais. Tem-se a argumentação por ilustração, quando se enuncia um fato geral e, em seguida, narra-se um caso concreto para comprová-la na argumentação pelo exemplo, parte-se de um caso, quando se diz, que, no Brasil, existem políticos que se valem de fraude para eleger-se e, em seguida, conta-se o caso de um esquema montado por um candidato a deputado para alterar os mapas eleitorais durante as apurações.

Argumentos com base no raciocínio lógico

O que se chama por argumentos com base no raciocínio lógico são as que podemos chamar das que são tiradas através de conclusões incompatíveis com os dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com dados inadequados.

Outro aspecto desse tipo de argumentação é fugir do tema. Esse expediente é muito usado em diversos setores da nossa sociedade.

Outro ponto é a tautologia, erro que consiste em aparentemente demonstrar uma tese, repetindo-a com palavras diferentes, como por exemplo, o fumo faz mal à saúde porque prejudica o organismo. Prejudicar o organismo é exatamente fazer mal a saúde.

Argumento da competência lingüística

Em muitas situações de comunicação (discurso político, religioso, pedagógico) usa-se a variante adequada da língua de acordo com as pessoas a que se destinam a argumentação. O modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz. Um médico usa de termos científicos para demonstrar suas experiências, se um professor, por exemplo, em situação de informalidade não utilizar a variante culta da língua pensamos que não conhece bem a língua.

Estratégias argumentativas

Como vimos, seis fatores intervêm no processo de comunicação (emissor, receptor, mensagem, código, canal e referente). Temos diferentes estratégias persuasivas, que se assentam sobre um ou mais de um desses fatores.

Uma estratégia persuasiva é aquela que se credencia para um dado tipo de comunicação. No discurso eleitoral, os emissores apresentam-se como dotados de experiência administrativa ou parlamentar. Nessa estratégia discursiva, citam-se realizações, cria-se uma imagem favorável. Dizer, por exemplo, num debate, esse assunto que conheço bem, que já estudei profundamente é identificar-se como voz autorizada a falar. No discurso suplicatório, quando se pede uma esmola, por exemplo, alguém se apresenta como digno da ajuda, contando fatos da vida pessoal, desgraças, dificuldades. Com isso, não está exibindo defeitos, mas colocando-se como vítimas do destino.

Para o argumento que se destina ao receptor, criam-se imagens favoráveis daquele a quem se deseja persuadir. Como exemplo podemos perceber os discursos publicitários dos bancos. Sempre nos criam imagens de usuários bem educados, finos. Já a baseada no referente é aquela que cita provas concretas, dados da situação, estatísticas, experimentos, dados da realidade, conhecimento do mundo. É a estratégia básica, por exemplo, dos editoriais de jornais. No entanto, mesmo alguns discursos publicitários se valem dela.

A estratégia baseada na mensagem é aquela que procura convencer com base na construção rigorosamente concatenada do texto ou na articulação textual bem feita. Um enunciado bem construído fala por si mesmo. Por exemplo: *motoqueiro, o capacete é sua segurança. Ponha isso na sua cabeça!* (outdoor da campanha de segurança no trânsito).

A estratégia baseada no código é aquela que busca explorar as oposições lingüísticas, os significados antigos das palavras, as virtualidades da língua.

A estratégia baseada no canal é aquela que valoriza o veículo transmissor. É freqüente no discurso do senso comum dar como prova de veracidade de um fato o seguinte argumento: *deu na televisão...* Ou seja, aquilo que a televisão mostra é tomada pela população em massa como a verdade e passa a ser aceita, executada.

Para tornar o texto convincente, pouco adiantam manifestações de sinceridade do autor ou declarações de certeza expressas por construções como: *tenho certeza, estou seguro.*

A argumentação é exatamente a exploração de recursos com vistas a fazer parecer verdadeiro, para levar o espectador a acreditar.

A imprensa é fundamental na sociedade, pela contribuição que tem ao informar a população sobre os fatos no mundo. Mas já sabemos que a imprensa não é um meio imparcial, mas assume certamente uma posição. A imprensa usa de todas as estratégias que vimos para convencer a população quando pretende fazer com que esta acredite. Busca argumentos que façam com que todos aceitem e acatem. É fácil nos deixarmos levar, principalmente pela televisão, por exemplo. Baseados em fatos nem tão verdadeiros, o professor Pasquale utiliza-se de um veículo e amparado pelos argumentos já enraizados nos brasileiros nem sempre condizentes com a verdade fazendo com que as pessoas façam

as pessoas façam associações entre a língua/pessoa, inteligência/burrice, certo/errado que propaga na sua coluna semanal no jornal O Globo.

O que ocorre nas falas do professor é o reflexo do pensamento da maioria da população brasileira. A aversão por outras variantes do português ou a não aceitação da mudança da língua reflete muito mais nas pessoas de classe social menos favorecida, fazendo a nossa sociedade regredir muito porque isso contribui para o complexo de inferioridade. Os excluídos, mesmo conseguindo uma forma de expressão de acordo com a norma culta como meio de também se constituírem membros da classe prestígio, nunca o serão, porque a sua linguagem reflete também, em parte o seu nível financeiro e cultural.

As análises feitas pelo professor são facilmente aceitas pela população visto que o próprio jornal tem um nome e conseqüentemente esse nome tem poder. Desta forma as estratégias usadas pelo professor não precisariam ser de grande esforço, por isso ele se sente muito à vontade para, despudoradamente, disparar sua opinião impregnada de preconceito lingüístico, como veremos no capítulo de análise deste trabalho.

No próximo capítulo trataremos da origem da língua portuguesa e de suas transformações para podermos nos certificar da afirmação de que a língua, como produto social, muda conforme a época e as pessoas, pois estas também vivem em constante transformação.

3 A LÍNGUA NO TEMPO

A imagem que muitos têm sobre a língua é a de que ela constitui uma realidade estática. Entretanto é o contrário: a língua muda continuamente no tempo. Assim como nós mudamos, a língua muda.

De acordo com Couto (1986), a língua é produto do trabalho humano como outro qualquer. Sempre que as relações de produção se transformam, transforma-se também a língua e todos os outros códigos sociais e culturais.

Nós, os falantes, de um modo geral não percebemos de imediato as transformações da língua, pois o processo, embora aconteça continuamente, é lento e muitas vezes não tão perceptível.

Além disso, as mudanças que acontecem na língua às vezes não são em todas as partes; o que significa que a história das línguas ocorre em um complicado jogo de partes permanentes e partes não permanentes, o que reforça mais a idéia de imagem estática do que dinâmica que nós, falantes, temos de nossa língua.

Por outro lado, o fato de os responsáveis pela Ortografia Oficial Brasileira estabelecerem um padrão de língua que, codificado em gramáticas, nos livros didáticos, ensinados nas escolas, idolatrado por muitos brasileiros, faz com que aparentemente a maioria não perceba as mudanças, no entanto elas ocorrem, aceitando-as ou não.

Em muitas situações, é facilmente perceptível a mudança que ocorre nas línguas. Por exemplo, se deparamos com um texto antigo escrito em nossa língua, ou, também, se compararmos hoje, o diálogo de pessoas idosas com jovens adolescentes, ou ainda, o diálogo de falantes que nunca freqüentaram a escola ou que tiveram pouco contato com ela.

Existe, nessas situações, um contraste entre uma imagem que uns têm da língua e sua realidade.

Nas palavras de Faraco (1998, p.10),

são situações que envolvem manifestações ocorridas em momentos bem claramente distanciados no tempo; ou diferentes gerações convivendo no mesmo momento histórico; ou a ação lingüística de grupos sociais não atingidos mais diretamente pelo policiamento social sobre as formas da língua; ou ainda o relativo conservadorismo da escrita.

Claramente temos de certo que, mesmo que uma quantidade pequena de pessoas tentem manter ou fingir a não evolução da língua, assim mesmo ela ocorre.

Mostraremos a seguir, exemplos de como a língua se modificou ao longo do tempo: algumas palavras ou expressões que eram consideradas corretas de acordo com o padrão culto da língua, hoje são arcaicas e outras que hoje são erradas já foram modelo de língua culta pelo padrão da norma estabelecida no passado e que é muito vigente ainda hoje. Mesmo que as mudanças, embora aconteçam e são utilizadas pela população, ainda é preciso um longo caminho para que os responsáveis pela nomenclatura gramatical brasileira a aceitem.

Primeiramente é necessário remetermos ao surgimento da língua portuguesa juntamente com sua origem do latim.

3.1 Origem da língua e sua mutação no tempo

O português falado no Brasil não nasceu aqui, como já sabemos; ele foi implantado no continente sul-americano por efeito da colonização portuguesa que começou oficialmente com o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, em 1500.

Também sabemos que o português originou-se do latim, que era língua da civilização, que teve como centro Roma antiga, e floresceu, entre a fundação da própria cidade por Rômulo (75 a.C.) e a deposição do último imperador, Rômulo Augústolo (47 d.C.).

Ao latim que deu origem ao nosso português não foi o latim clássico, empregado pelos autores e sim o que era usado no popular dos romanos, caracterizado por pronúncia menos cuidadosa, emprego de expressões e frases evitadas pelos escritores, chamado de latim vulgar.

Nas palavras de Ilari (2006), uma boa maneira de explicar em uma só palavra o que foi o latim vulgar consiste em dizer que foi um *vernáculo*.

Vernáculo caracteriza um modo de aprender as línguas por assimilação espontânea no ambiente em que as pessoas são criadas. A vernáculo opõe-se tudo aquilo que é transmitido através da escola.

É dessa língua popular que promanam os dialetos românicos, pois a língua escrita, apoiada no passado e bastante cultivada pelos escritores, dificilmente se prestava a modificações. Já a língua falada pelo povo, modificava-se muito.

Conforme registra Ilari (2006) em seus estudos feitos sobre o surgimento do português, o latim vulgar opõe-se ao latim clássico. Depois das conquistas militares, o Império Romano passou por alguns séculos de estabilidade, durante os quais o latim vulgar foi falado na maioria dos territórios conquistados. Nesse período acreditamos que o latim vulgar apresentou uma relativa uniformidade em uma grande área geográfica que correspondia a boa parte de Europa ocidental.

Mas à unidade lingüística política sucedeu um período de fragmentação provocado pelas grandes invasões “bárbaras” e à uniformidade lingüística seguiu um período de diversificação cada vez maior, sob o impulso de inovações locais que já não tinham como circular por todo o território romanizado. Assim, ao final do século X, o que havia sido um único território lingüístico (ao qual os estudiosos chamam hoje România), tinha-se transformado num mosaico de falares locais, de maior ou menor prestígio. Essa fragmentação do latim vulgar contrasta não só com a relativa uniformidade do próprio latim vulgar durante o período imperial, mas ainda com a uniformidade do latim clássico que continuaram sendo usados para outros fins, ao lado da fala popular.

Posteriormente, alguns dos falares locais derivados do latim vulgar ganharam prestígio e transformaram-se nas línguas românicas que conhecemos hoje: o romeno, italiano, sardo, o reto-românico (falado na Suíça e em algumas regiões do norte da Itália), o occitano, o francês, o catalão, o espanhol, o galego e o português.

Por volta do ano 1000, as línguas românicas mais prestigiosas da península ibérica eram o galego, o leonês, o asturiano, o castelhano e o aragonês, todas faladas ao norte, nos Montes Cantábricos ou nos Pirineus. Essas variedades se impuseram a outras línguas

línguas vizinhas, que desapareceram, e, em sua expansão para o sul, acabaram por suplantar também o moçárabe, a língua falada pelos cristãos que lá viviam, no território dominado pelos árabes. Os movimentos de Reconquista também consolidaram as monarquias que os comandaram; um dos efeitos disso foi a formação de estados fortes, cujo centro geográfico foi-se deslocando progressivamente para o sul. No caso específico de Portugal, isso resultou na transferência da capital do Estado português da cidade do Porto para a cidade de Guimarães e depois para Lisboa, e fez com que a base territorial da língua portuguesa se deslocasse do norte para o sul do rio Douro; essa é uma das razões da separação entre o português e o galego: as principais inovações sofridas pelo português, nos séculos seguintes, partiram do sul (Lisboa, Alentejo) e não conseguiram alcançar o extremo norte.

Depois de certa autonomia, tornando-se inclusive um reino independente, a região de Galiza, que havia sido o primeiro berço do português, acabou sendo incorporada à Espanha no final do século XV. Hoje, a Galiza é uma região bilíngüe, onde o galego convive com o espanhol.

A história do Estado português começa em 1093, quando a região do Porto, conhecido como Condado Portucalense se separou do Reino de Leão e foi doada a Henrique de Borgonha, que constituíram a primeira dinastia de reis portugueses, que permaneceu no poder até a batalha de Aljubarrota em 1385.

Galego-português era a língua falada em 1100 no berço do Estado português, muito parecida com o galego que está relacionado ao que conhecemos pelo nome de lírica trovadoresca.

O galego-português era considerado de prestígio, pois foi usado como língua da poesia por trovadores portugueses, como Dom Dinis (rei a partir de 1290) e trovadores de outras regiões da Ibéria como Afonso X, o Sábio rei de Castela.

Nesse período, em Portugal, os documentos oficiais eram escritos em latim clássico, apesar de receber interferências de falares vernáculos.

Podemos distinguir formas no latim: o latim clássico, que era empregado pelas pessoas cultas e pela classe dominante (poetas, filósofos, senadores) e o latim vulgar, que era a língua utilizada pelas pessoas do povo. O português originou-se do latim vulgar, que foi introduzido na península ibérica pelos conquistadores romanos.

O domínio cultural e político dos romanos na península ibérica impôs sua língua que, entretanto mesclou-se com os substratos lingüísticos lá existentes, dando origem a vários dialetos, genericamente chamados remansos. Esses dialetos foram, com o tempo, modificando-se até constituírem novas línguas.

Dá-se o nome de neolatinas às línguas que provem do latim vulgar. Entre elas, podemos citar o espanhol, o francês, o italiano, o romeno e o português.

A expansão marítima levou a língua portuguesa a vários cantos do mundo: África (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau), ilhas próximas da costa africana (Açores e Madeira), Ásia (Macau e Goa) e América (Brasil, onde o português é a língua oficial).

A língua é um “organismo” vivo que se modifica ao longo do tempo, de acordo com Perini (1997). Palavras novas surgem para expressar conceitos igualmente novos, outras deixam de ser utilizadas, sendo substituídas.

Com o passar dos anos, tendo os povos um contato com diferentes povos de outras culturas, um vai adquirindo os costumes e dialetos do outro, adotando sua linguagem tomando por empréstimo palavras novas, expressões costumeiras de povos diferentes.

Há, por exemplo, muitas diferenças entre o português nosso e o português de Portugal. Tais diferenças não se limitam apenas à pronúncia de palavras, facilmente percebida na linguagem oral. Existem, também, diferenças no vocabulário. Como veremos mais adiante quando tratarmos de variação diatópica.

Se analisarmos os textos que foram escritos no século XVI desde a chegada dos portugueses no Brasil e compararmos com escritos de hoje veremos que muitas palavras sofreram mudanças. Muitas palavras perderam até o seu significado de antes e adquiriram outros significados.

Vejamos um exemplo de um texto em português arcaico, um trecho de uma cantiga composta por D. Dinis, para percebermos a diferença entre a língua portuguesa medieval e a atual:

- *Ai flores, ai flores do verde pino,*

- *Se sabedes novas do meu amigo?*

- *Ai, Deus, e u é?*

- *Ai flores, ai flores do verde ramo,*
- *Se sabedes novas do meu amado?*
- *Ai, Deus, e u é?*
- *Se sabedes novas do meu amigo,*
- *Aquel que mentiu do que pôs comigo?*
- *Ai, Deus, e u é?*

- *Se sabedes novas do meu amado, aquel que mentiu do que m'á jurado?*
- *Ai, Deus, e u é?*

Observamos nesse trecho diversas mudanças na estrutura e no sentido das palavras: *pino* (pinheiro), *sabedes* (2+ pessoa do plural do presente do indicativo do verbo saber, atualmente *sabeis*), *u* (onde), *é* (está), *aquel* (aquele), *pôs* (combinou), *à jurado* (= há jurado = jurou).

Uma pessoa, hoje, brasileira e culta talvez sozinha não conseguisse entender o que diz a cantiga sem a ajuda de alguém que conhece mais profundamente os textos antigos, mesmo sendo o texto escrito em português. Isso é uma prova de que a língua falada no Brasil hoje é diferente da que era falada antigamente.

Um outro exemplo pode ser um texto do século XIII ou XIV (mais ou menos 600 anos atrás) com uma versão contemporânea dele:

“Lenda do rei Lear

Este rrey nom ouue filho, mas ouue tres filhas muy fermosas amaua-as muito. E huum dia ouue sas rrazooes com ellas e disse-lhes que lhe dissessem verdade, qual dèlas o amua mais. Disse a mayor que nom auia cousa no mundo que tanto amsse como elle e disse a outra que o amua tanto como ssy mesma/ e disse a terçeira que era meor, que o maua como deue d’amar filha a padre. E elle quis-lhe mall porém, e por esto nom lhe quis dar parte do rreyno. E casou a filha mayor com o duque de Cornoalha, e casou a outra com rrey de Scocia, e nom curou da meor. Mas ela por sasventuira casou-se melhor que nenhúa das outras, ca se pagou della em as

pagou della em as velhiçe filharomlhe seus gemrros a terra, e foy mallandamte, e ouue a tornar aa merçee dell-rrey de França e de as filha, a meor, a que nom quis dar parte do rreyno. E elles reçoerom-no muy bem e derom-lhe todas as cousas que lhe foram mester, e homrrarom-no mentre foy uio, e morreo em seu poder. (Transcrito de Vasconcelos, 1970, p. 40-1.)”

Lenda do rei Lear

Este rei não teve filhos, mas teve três filhas muito formosas e amava-as muito. E um dia teve com elas uma discussão e disse-lhes que lhe dissessem a verdade, qual delas o amava mais. Disse a maior que não havia coisa no mundo que amasse tanto como a ele e disse a outra que o amava tanto como a si mesma. E disse a terceira, que era a menor, que o amava tanto como deve uma filha amar um pai. E ele lhe quis mal por isso, e por isso não lhe quis dar parte do reino. E casou a filha maior com o duque da Cornualha, e casou a outra com o rei da Escócia, e não cuidou da menor. Mas ela por sua sorte casou melhor que as outras, porque se agradou dela o rei da França, e tomou-a por mulher. E depois a seu pai em sua velhice tiraram-lhe os genros a terra, e ficou infeliz, e teve de recorrer a mercê do rei da França e de sua filha, a menor, a quem não quis dar parte do reino. E eles o receberam muito bem e deram-lhe todas as coisas que lhe foram necessárias, e o honraram enquanto foi vivo e morreu na casa deles.

Desconsiderando as diferenças gráficas (lembramos que a grafia portuguesa medieval tinha uma configuração fonética, tendo ocorrido sua fixação na forma atual no correr do século XX), pode-se notar no texto antigo a ocorrência de palavras que não usamos mais (*ca, esto, mentre, mallandamte*) ou que usamos hoje mas não com o significado no texto (*porém, curou, filhas, pagar-se, poder*) ou que usamos com outra forma (*fermosa, padre, as, meor*). Além disso podemos observar que o artigo definido era um pouco menos freqüente do que é hoje que palavras que hoje terminam em *|-ãw|* terminavam em *|-õ|*; que dizemos *teve de* e não mais *houve a (ouue a, na grafia medieval)*. E Vasconcelos (1970) observa ainda o fato de proliferar nos textos antigos o uso da

uso da conjunção e na ligação das frases, o que já não pertence mais aos textos padrões estilísticos da narrativa atual.

Vemos que, por meio de um simples texto percebemos que o português, embora mantenha muitas características correntes no século XIII ou XIV, passou, nestes seis ou sete séculos, por várias mudanças, desde a substituição lexical até alterações estilísticas conhecendo também alterações sintáticas, sonoras e semânticas (Faraco, 1998).

Ainda de acordo com Faraco (1998), ao percebermos as mudanças reparamos que ela não se dá apenas pelo contraste entre manifestações lingüísticas afastadas entre si no tempo. É possível detectar fenômenos de mudança concentrando nossa atenção no presente.

Comparando o português falado hoje na maioria das regiões brasileiras por pessoas de gerações diferentes, observamos que na fala dos mais idosos (digamos, a geração de 75 anos) o último som de palavras como mal, papel, lençol é, ainda, na maioria das vezes, uma consoante lateral, semelhante ao primeiro som de palavras como lama, leite, lado; enquanto na fala das outras gerações o último som é a semivogal [w], idêntica ao último som de palavras como mau, céu, vendeu (principalmente entre os falantes da classe média urbana). O que ocorreu aqui foi um processo de mudança sonora que alterou a realização do [l] em fim de sílaba e cujas formas antiga e nova ainda coexistem, embora a mudança já esteja praticamente consolidada em todo o Brasil, sobrevivendo a forma antiga apenas em algumas variedades regionais ou na fala das gerações mais velhas.

Um outro exemplo de mudança podemos verificar observando a trajetória de uma palavra do latim até o português: *tégula*, que significa *telha*. Durante a formação da língua portuguesa, desde o latim vulgar até sua forma moderna, padrão, aconteceram as transformações:

Tégula > teg'la > tegla > teyla > telya > telha.

Percebemos que existe hoje, uma variação da palavra e que muitos brasileiros falam *têia*.

É importante ressaltar que não só a língua muda, mas o mundo e tudo que faz parte dele. Retomando o que já ressaltamos, os avanços tecnológicos que o mundo conseguiu até hoje são consideráveis, mas é somente isso, uma roupa que antes era considerada moda,

considerada moda, pode não o ser nesse momento e o que hoje é considerado moda pode não ser futuramente. Isso ocorre porque as pessoas estão sempre mudando suas opiniões, seus costumes, seus valores.

1.1 Tipos de variação e mudança lingüística

A variação lingüística é um fenômeno que ocorre em todas as línguas. Nenhuma língua é falada do mesmo modo em todos os lugares, assim como em um mesmo lugar pessoas utilizam uma língua em comum, porém cada uma com sua maneira própria de falar.

Conforme os estudiosos apontam as variações são classificadas em: variação diacrônica, variação diatópica, variação diastrática e variação diamésica.

De acordo com Ilari (2006), todas as línguas estão sujeitas a variação diacrônica, variação que se dá através dos tempos. Essa variação nem sempre é percebida de imediato, talvez somente se percebe ao compararmos as gerações. Ainda de acordo com este autor, as gírias, por exemplo são compreensíveis somente aos mais velhos e existem gírias que somente os jovens de hoje conhecem.

Um outro caso de variação diacrônica, segundo o autor, é a gramaticalização, isto é, o processo pelo qual uma palavra de sentido pleno assume funções gramaticais: um exemplo clássico de gramaticalização em português é a formação do pronome *você*: como todos sabem essa palavra remonta a *Vossa Mercê*, via *Vosmecê*. Era, na origem, uma expressão de tratamento, como *Vossa Majestade* ou *Vossa Excelência*; hoje é um pronome pessoal, e nessa função suplantou o antigo pronome de segunda pessoa *tu*, em quase todo o Brasil. Vejamos um exemplo de variação diacrônica em um anúncio na imprensa:

São Paulo, 1830

Ontem pela manhã se me enviou um negro do gentio de Guinè, muito boçal, e trajado à maneira dos que vem em comboi, e se me dice, foi pegado, vagando como perdido. Por interprete apenas pude colher que ainda não era baptisado, e que saindo a lenhar se perdeu: queira por tanto v.() inserir este annuncio em sua folha, a fim de

aparecer dono, sobre o que declaro, que se não aparecer por 15 dias, contados da publicação da folha, heide remetel-lo a Provedoria dos Resiuos; a quem pertence o conhecimento das coisas de que se conhece o dono. – São Paulo 9 de abril de 1830. – O Juiz de Paz Supplente da Freguezia da S[e – Jose[e da Silva Merceanna. (Fonte O Farol Paulistano, São Paulo, 24 de abril de 1830.)

O processo contrário à gramaticalização é a lexicalização: processo que acontece quando dizemos que um trabalho apresenta vários *senões*, ou quando pedimos a alguém que deixe de *entretantos* e passe logo aos *finalmentes*. Sabemos que, entretanto é uma conjunção e finalmente um advérbio; mas no uso que estamos descrevendo essas palavras representam respectivamente “considerações, ressalvas” e “conclusões”, “decisões”. Essas palavras foram transformadas em substantivos e assim percebemos que a língua recebe inovações de seus usuários e essas inovações acabam por se constituir parte do léxico de muitas pessoas. Nas novelas atualmente, por exemplo, expressões que são inovadas pelos escritores, caem no uso naturalmente pelos espectadores. Como exemplo: a expressão: “copiou?” da novela “Senhora do Destino” ou “não é brinquedo não” muito usada pela atriz Solange Couto na novela “América”.

Por variação diatópica entendemos as diferenças que uma mesma língua apresentam na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em diferentes países. Como exemplo podemos citar as diferenças do Português falado aqui no Brasil e do que é falado em Portugal. E em outros países de língua portuguesa, embora no nosso caso ainda deparamos com questões que por diversas vezes comparam o nosso português com o de Portugal e sua supervalorização em detrimento do uso do português pelos brasileiros. Exemplo de desse tipo de variação:

– O português de Portugal, no domínio dos sons se caracteriza pelo enfraquecimento das sílabas pretônicas, pela pronúncia do /R/ como vibrante múltipla, pelo fato de que o /l/, em posição final de sílaba, tem pronúncia velarizada, e não é substituído pela semivogal / w/;

– Ao contrário do português do Brasil, a sintaxe do português de Portugal, na sintaxe perdeu os pronomes clíticos, com diferenças importantes quanto à sua colocação (como mostra sempre lembrado de que no português brasileiro é possível ter o clítico em

em primeira posição absoluta de frase: *me empresta um lápis*);

– O português de Portugal constrói as perífrases progressivas usando, ao lado do verbo *estar*, a preposição *a* + o infinitivo; o português do Brasil usa *estar* + gerúndio.

Exemplo: em Portugal: *estou a falar*, e no Brasil: *não estou falando*;

– Inúmeras são as diferenças de vocabulário entre os dois países em todas as classes morfosintáticas: verbos (*aquecer* / *esquentar*, *arrefecer* / *esfriar*, *conduzir* / *guiar*; *reformar* / *aposentar*), adjetivos (*parvo* / *bobo*, *nabo* (feminino *naba*) / *barbeiro* (feminino *barbeira*, com o sentido de “mau motorista”), *giro* (feminino *gira*) / *legal* (no sentido que esta palavra assumiu há tempo na linguagem familiar), *castanho* / *marrom*), e sobretudo substantivos. Como mostram os exemplos:

grossista / *atacadista*,
cerveja de pressão / *chope*
peão / *pedestre*
casa de banho / *banheiro*
reformado / *aposentado*
tele móvel / *telefone celular*

Varição diastrática é o tipo de variação que se caracteriza pela diferença nos dialetos de pessoas escolarizadas e não escolarizadas, que se caracterizam também por pessoas mais ricas ou mais pobres.

A variedade de português falada pela população menos escolarizada foi descrita por vários estudiosos, entre eles Castilho (1998), que enumera assim suas principais características:

Fonética

- Queda ou nasalização da vogal átona: *incelença* por *excelência*;
- Queda de material fonético posterior à vogal tônica: *figo* por *fígado*, *Ciço* por *Cícero*, *centimo* por *centímetro*;
- Perda da distinção entre vogal e ditongo antes de palatal: *pexe* por *peixe*;
- Monotongação de ditongos crescentes em posição final: *sustança* or *substância*; uso de [j] por (?) : [foj?] em vez de [fo??]

Morfologia

- Perda do -s da desinência da primeira pessoa plural: *nóis cantamo, nóis cantemo* por *nós cantamos*;
- Anteposição do advérbio de comparação a adjetivos que já são comparativos: *mais mió* em vez de *melhor*;

Sintaxe

- Uso de uma única marca de plural nos sintagmas nominais complexos e ausência de marca de concordância na 3ª pessoa do plural do verbo, particularmente com sujeito posposto (*os doce mais bonito são / é para as visita. Quando chegou os bombeiro já não tinha mais nada pra fazer*);
- Negação redundante com indefinidos negativos (*ninguém não via*);
- Aparecimento de um segundo advérbio de negação depois do verbo e eventual queda do advérbio de negação anteposto: *não vem não ou vem não*;
- A oração relativa adota as construções conhecidas como cortadora ou copiadora: *a casa que eu morei ou a casa que eu morei nela* (em vez da construção padrão *a casa em que morei*);
- Uso dos pronomes do caso reto na posição de objeto: *eu vi ele, a mulher xingou eu*.

Segundo Ilari (2006), a variação considerada de menos prestígio, ou seja, aquele que foge do padrão culto ensinado pela tradição gramatical, possui uma gramática própria, e que essa gramática permite uma comunicação muito eficiente. Como exemplo a conjugação verbal que reduziu-se a duas formas:

Eu

Você

Ele/ela

Nos / a gente

Vocês

Eles / elas

Se o exemplo acima de forma reduzida for comparado com a gramática, veremos que esta traz seis formas diferentes de conjugar o verbo.

A variação diastrática é pouco encontrada nos escritos do português clássico hoje,

hoje, salvo para distinguir este dos da forma culta ou em algumas circunstâncias quando autores querem registrar sua existência normalmente para dar características aos seres que dela fazem uso. Exemplo desse tipo de variação na linda canção folclórica Cuitelinho, gravada e cantada por diversos cantores brasileiros como exemplo Milton Nascimento, Nara Leão e outros.

*Cheguei na bera do porto
Onde as onda se espaia.
As garça dá meia volta,
Senta na bera da praia.
E o cuitelinho não gosta
Que o botão de rosa caia.*

*Quando eu vim de minha terra,
Despedi da parentaia.
Eu entrei no Mato Grosso,
Dei em terras paraguaia.
Lá tinha revolução,
Enfrentei fortes bataia.*

*A tua saudade corta
Como o aço de navaia.
O coração fica aflito,
Bate uma, a outra faia.
E os óio se enche d'água
Que ate a vista se atrapaia.*

Nesta música, quando percebemos que seu estilo foge dos comandos que a gramática prescreve, observamos que, por exemplo, o plural: há somente uma palavra indicando um número de coisas. Regra que é obedecida em todos os versos da canção. A regra que marca o indicador de plural é usada apenas no artigo definido. Quando não existe artigo, ela vai para a primeira palavra do grupo a ser pluralizado, que pode ser um

substantivo (*como em terras paraguaia*) ou um adjetivo (*fortes bataia*). A marca de plural é sempre usada na primeira palavra do grupo avisando que aquele grupo de palavras está no plural.

Varição diamésica (etimologicamente: a variação associada ao uso de diferentes meios ou veículos compreende as profundas diferenças que se observam entre a língua falada e a língua escrita. Uma longa tradição escolar fez com que tivéssemos uma grande preocupação com a escrita e menos com a fala, como ressalta Ilari e Basso (2006), assim muitos pensam que se escreve da mesma maneira que se fala. Por exemplo na fala dizemos às vezes “*ocêis*”, “*fizero*”, “*dissero*”, em vez de *vocês*, “*disseram*”, “*fizeram*”.

Quando produzimos um texto escrito podemos pensar previamente sua estrutura em partes, podemos decidir em que ordem essas partes serão dispostas e melhorar as formulações. Diferente do texto falado que nem sempre podemos reformular o que já foi dito.

No Brasil, existe uma língua oficial, que é o português, no entanto essa língua apresenta diferentes formas de falares no Brasil todo. Diferenças, como já vimos até aqui que são lexicais, fonológicas enfim, reafirmando o que sabemos ser a língua um produto social e assim estar sujeita às modificações de acordo com as pessoas que a utilizam, uma vez que cada um possui um modo próprio de falar e entender. De acordo com isso cada um vai elaborando regras e adequando sentidos, acertar palavras para melhor compreender e ser compreendido pelos demais.

O fato de existirem formas diferentes de falar faz com que muitos pensem que existem maneiras corretas e maneiras erradas de falar no Brasil e algumas formas são melhores e outras são piores. Esse é o pensamento da grande maioria.

Por outro lado, há na população pessoas que se intitulam profundos conhecedores da língua portuguesa que, baseados em preceitos gramaticais, às vezes ultrapassados, afirmam o que é certo e o que é errado na língua falada no Brasil através do que vêm de certo e errado de acordo com o que diz a norma culta.

Muitos gramáticos, autodenominados profundos conhecedores de língua, defendem com veemência a decadência da língua portuguesa no Brasil porque acham que a nação está acabando com a língua por não saber falar o português como manda a

gramática normativa, e também por saberem que a lingüística e seus estudiosos estão tomando cada vez mais um lugar de destaque nas escolas e que a escola em si perdeu muito por ainda estar cheia de professores que não tratam a questão do ensino do português como deve ser tratado, e ainda continua acreditando que ensinando regras gramaticais os alunos se destacarão em provas futuras. Muitos gramáticos resistem em admitir que a língua se modifica, que muitos termos da linguagem caem em desuso (tornam-se arcaísmos) e que outros são criados pelos falantes, os denominados neologismos. Isso gera a crença do que existe o “certo” e o “errado”, o que na verdade devemos chamar de “adequado” e “inadequado”. Isso gera as questões sobre certo e errado, que deveríamos substituí-las por “adequado” e “inadequado”.

Sobre isso registra Gnerre (1987, p. 23):

Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe. Se não é necessário redigir, é necessário pelo menos entender tal fraseologia por trás do complexo sistema de clichês e frases feitas.

Muitos brasileiros são vítimas de sarcasmo devido a sua maneira de falar e existe até a crença de que em certos estados brasileiros os falantes usam a língua mais corretamente do que em outros.

De acordo com Scherre (2005), a grande questão é que, quando as marcas lingüísticas são marcas sociais, somos extremamente ditatoriais – queremos que prevaleçam as marcas dos grupos sociais de maior prestígio, que tendem a dominar tudo. Se um indivíduo é pobre, sua língua é pobre, mas se, por outro lado um indivíduo rico, detentor de uma posição social elevada e de destaque na sociedade, falar “errado, este não será julgado, pois a população não presta muita atenção se seu modo de falar não está de acordo com a norma culta.

Essa situação acontece porque, partindo de um ponto de vista sociológico, de acordo com Bagno (2002), acusamos a pessoa de ser aquilo que ela fala. A língua que se fala está intimamente ligada à identidade de cada um, diz o auotr. Diversos são os fatores que causam a variação lingüística e que e faz esta ser diferente de pessoa para pessoa.

No Brasil, existem diferenças de falar o português de Norte a Sul. Existem, em grau menor, diferenças entre o português falado no Norte – Nordeste e o falado no Centro Sul. Existem diferenças entre o falar do carioca e o falar do paulistano. E assim por diante. A língua também é diferente quando é falada por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não-alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade e por um morador do campo. São também, essas diferenças de gênero, socioeconômicas, étnicas, de instrução, urbanas, rurais e outras.

Em nossa sociedade persiste a idéia de que falar corretamente dá status, na idéia ingênua de que a língua dita culta é pulo para a ascensão social. Quem não domina a variedade padrão é marginalizado, ridicularizado.

O modo de falar está ligado à elite, às pessoas ricas e de grande poder social, ao passo que os que falam “errado” são os pobres, favelados, grupos de desprestígio social.

3.3 Tipos de estilos lingüísticos

Pessoas de regiões geográficas diferentes produzem diferentes tipos de estruturas sintática e fonética e diferente vocabulário. Pessoas de uma única região geográfica que possuem tipos diversos de raças, crenças religiosas, razões econômicas ou outros fatores sociais diferentes entre si também apresentam variação no modo de utilizarem a linguagem. E dentro da linguagem de uma única pessoa, certas regras são usadas dentro do estilo formal, e não são encontradas no mais casual.

Vejamos os estilos lingüísticos que existem na linguagem de acordo com Liles (1975).

Estilo individual: todos nós já passamos por situações em que estamos mais ou menos relaxados. Quando no caso de uma entrevista, em que o objetivo é conseguir um emprego, nós devemos ter um certo cuidado com nossa fala, então usamos palavras, pronúncias e construções que consideramos serem as melhores. Se estamos conversando com uma pessoa que encontramos por acaso, ficamos mais relaxados do que na entrevista, e se estamos diante de amigos ou de pessoas do nosso convívio familiar não nos

nos preocupamos com a utilização da linguagem.

Há certas pessoas a quem nós mostramos um especial respeito, usando honoríficos como: Senhor, Senhor Presidente, Vossa Eminência. A maioria das pessoas tem consciência da sua fala e evita muitas palavras, frases, pronúncias quando conversam com um prefeito, um padre, um bispo, um juiz, por exemplo, e não com um grupo de amigos íntimos. Menos elevados que Vossa Senhoria e honoríficos similares, mas ainda formais, são tais títulos: Doutor, Professor, Senhor, Senhora, o que é diferente de chamar a pessoa pelo nome. E ainda há uma diferença de formalidade entre o nome e o apelido. Com membros da família, os termos mãe e pai são mais formais que mamãe e papai. O uso de honoríficos, apelidos podem dizer muito a respeito da formalidade da relação entre pessoas, mas esses não são os únicos sinais. Eles vêm acompanhados de usos característicos no vocabulário, sintaxe e fonologia.

Joos (1962) classifica os estilos em :

Super Formal (frozem): *In my opinion he is not the man whom we wanted.*

Formal: *I believe he is not the man we are looking for.*

Consultativo: *I don't think he's the man we're looking for.*

Casual: *I don't think he's our man.*

Íntimo: *I'm afraid you've picked a lemon.*

Harris chama o estilo mais formal de largo, já que é o mais lento – esta é a maneira como um falante de espanhol fala quando conversa com alguém que tem dificuldade em entendê-lo, com um estrangeiro, por exemplo. O segundo estilo é moderado e chama-se Andante. Mais informal é o Allegretto, que é também mais rápido. O último estilo é Presto, que é muito rápido e completamente descuidado.

Cinco ou quatro níveis são certamente mais adequados que apenas dois – formal e informal. Mas é quase que impossível dar uma classificação precisa, mesmo porque aderem a um outro...e assim por diante.

Labov observou que há alterações no tempo, volume, respiração e tom. O estilo mais formal é marcado por tempo mais lento, tom baixo e volume moderado.

Quanto ao vocabulário, muitas palavras nunca aparecem no estilo informal; algumas são tão formais que é raro aparecer na fala, em qualquer nível, há os termos especiais usados por namorados, que apenas são encontrados em falas íntimas. Quanto à

fonologia, a diferença mais óbvia não envolve a presença ou ausência de certas regras, mas a frequência da aplicação daquelas que são opcionais. A palatalização no inglês, por exemplo, é um fenômeno informal. Em relação à sintaxe, existe sempre uma certa redundância na linguagem e removemos a parte de acordo com o que achamos que o ouvinte é capaz de entender. Exemplo:

Brenda wants (Brenda) to go with us.

(You) catch me if you can (catch me).

Polly heard the news, but i didn't (hear the news).

Can she sing well? Yes, she can (sing well).

Podemos tirar o que está entre parênteses porque falante e ouvinte têm o mesmo conhecimento – através de um a experiência passada ou a situação presente.

Se uma pessoa está tomando café, ela pode dizer simplesmente “*Quente*”, em vez de dizer “*O café está quente*”. Fica claro que o falante tira tudo que acha que o ouvinte já sabe, seja uma sentença anterior, um conhecimento a priori ou um conhecimento compartilhado. O estilo mais formal tem menos conhecimento em comum. Quanto mais as pessoas se conhecem, mais casual é a fala e mais coisas podem ser tiradas da fala. O estilo informal não é apenas uma fala descuidada. Os vários estilos se diferem uns dos outros na natureza de suas regras e frequentemente no grau de aplicação das regras. O melhor estilo é aquele que é mais apropriado para o propósito que é empregado. O estilo é apropriado ou não para a situação. Não há um intrinsecamente bom ou ruim.

Variação Regional:

Qualquer variação na linguagem recebe o nome de dialeto. Sempre conseguimos notar que uma pessoa é de região diferente da nossa pelo modo com o qual ela fala. E também essa variação regional é diferente de pessoa para pessoa de uma mesma região, pois outros fatores, por sua vez influenciam no dialeto: clima, características pessoais e outros. Se uma nova palavra ou regra é adicionada à gramática interna de algumas pessoas e isso eventualmente se espalhar a todos os falantes da língua, o resultado é considerado como mudança na língua. Mas muitas mudanças não são adotadas por todos os usuários. Muitas mudanças, também ocorrem em determinada área geográfica, em certas comunidades por um grande ou pequeno grupo de pessoas. E assim eles se entendem e

entendem e podem ter expressões, palavras que somente eles entendam. E se esse grupo de pessoas de uma mesma região conhecer outros grupos, estes serão estranhos para eles, e se eles viajarem para uma outra região, sua fala será reconhecida pelos falantes nativos dessa região. Vejamos um exemplo de variação regional:

O meu rosilho piolho

Uma vez, andava eu, de escoteiro, para as bandas do Alegrete. Calor de rachar. Lá pelas tantas, desviei-me da cruzada uma restinga, disposto a dar um alce ao rosilho e ao mesmo tempo tirar uma sesteada, até abrandar a quentura.

Apeei-me à sombra de um salsal; dei água ao flete e maneei-o, para um verdeiozito. Era ele cavalo mui mestre nestas cousas.

Em seguida estendi os arreios e aplastei-me sobre os pelegos, de carnal pra cima; puxei o chapéu para os olhos e encruzei os braços sobre a boca do estômago, endo antes posto de jeito o facão e a pistola, por um – se acaso...

Nem s folhas buliam, nem um passarinho cantava, apenas um que outro trililim de gafanhotos vermelho saltando nas macegas. Nem quero-quero fazia ronda!

Assim tirei uma cochilada morruda e iria a mais se...

Amigo! Ouvi um tronar forte, de tremer o chão! Era um temporal de verão, desses que não dão tempo nem para se apagar o cigarro!

Foi o quanto saltei das caronas e trouxe o rosilho, enfrenei-o num vá! – sentei - lhe as garras – num vu! - e montei de pulo... A trovoada roncava ali, logo no outro lado da canhada.

Via-se cair a chuva, em manga, em linha, e via-se muito bem porque o sol dava de refilão pela esquerda. E todo aquele borbotão(dágua) que desabava corria sobre mim, no pé-do-vento.

Levantei as rédeas, firmei-me nos estribos e trepei a coxilha... e no que achei campo em frente, rumbeei para a estância do falecido João Silvério, que branqueava lá longe, obra de três quartos de légua, cortando à direita.

Nisto senti um – tchá!tchá!tchá!- atrás de mim; olhei, de relancina apenas, porque nem tempo para mais tive; era o temporal, a bomba dágua que se despenhava, quase nos garrões do rosilho! Foi o quanto amaguei o corpo e toquei, de meia rédea.

Cupins e buracos de caranguejos, tacurus, macegas e carquejas, sangas, lagoas, barrais – o diabo! – não vi nada! Se rodasse, nem o sebo da coalheira se me aproveitava!...

Mas o rosilho “Piolho” era firme e bonzão, sem mais nada!

Eu corria, é verdade, porém a manga d’água também corria... A polvadeira que eu levantava a chuvarada engolia logo.

Eu sentia-lhe a frescura, percebia que ela estava-me na garupa, na anca do rosilho, nos garrões dele! Um que outro pingo de chuva mais ponteiro batia-me às vezes na aba do chapéu...

Era um duelo esquisito. Um duelo em que um valente fugia para ficar vencedor!

Vencer, aqui, era chegar enxuto.

E assim viemos, eu e a tormenta, na mesma disparada: a que te pego! A que te largo! A que te pego! A que te largo! – Já perto das casas, vi a gente do João Silvério, e ele mesmo, todos de mão em pala sobre os olhos, gozando aquela gauchada.

Isso rápido, pois logo todos entraram, a fechar portas e janelas, quando viram que eu vinha vindo sobre o galpão.

Quando ia mesmo a entrar, saiu-me a cachorrada, furiosa, enovelando-se, em latidos e investidas: suspendi a rédea com pena de matar algum debaixo das patas...

Olhem que isto foi como um pensamento; mas foi o tempinho bastante para o demônio da chuva molhar a anca do cavalo!

Fiquei furioso! Se não tenho a pieguice de poupar um daqueles ladrões daqueles cachorros, a chuva não me tocava, nem na cola do rosilho: chegaria enxuto!

Assim é que entendo cavalo bom.

O João Silvério ficou doudo pelo “Piolho”; dava-me cem onças de outro, um aperro completo, de prataria lavrada, por fim, de quebra, por cima de tudo, ainda me tenteou com um rodeio tambeiro.

Um horror de propostas. Mas eu não quis. (Neto, Simões Lopes, 1958)

A região a que pertence este texto é a do Rio Grande do Sul e, mesmo sendo escrito em português contemporâneo apresenta um vocabulário pouco comum ao restante do país. Para a nossa região entendê-lo, por exemplo, seria necessário conhecer o significado de

o significado de algumas palavras. Vejamos algumas:

Rosilho: cavalo de pêlo avermelhado e branco, dando o aspecto de cor rosada.

Restinga: mato constituído de árvores de pequeno porte, à margem de um rio

Morruda: comprida, fora do comum

Enfrenar: colocar o freio na boca do animal

Canhada: vale, baixada entre serras

Amagar: ação do cavaleiro ao levar o corpo à frente para acompanhar o impusso do cavalo

Polvadeira: poeira, nuvem de pó

Aperro: arreo

Tambeiro: gado manso, filhote de vaca mansa

Convém lembrar também que, assim como no Rio Grande do Sul, as demais regiões do Brasil apresenta uma variação na pronúncia. O principal fator que influi no sotaque de uma região, segundo a *Superinteressante* (1996), é a língua falada pelos povos nativos e por aqueles que migraram para lá. No Brasil, os colonizadores vieram de muitos lugares, alterando a forma de falar em diferentes partes do país. Algumas influências foram fortes e mais ou menos homogêneas, como é o caso dos negros, principalmente os bantos. Na língua banto não há palavras com duas consoantes. Graças a essa influência, muitas vezes pneu transforma-se em “peneu” e advogado em “adevogado”. O que explica também o porquê de muitas pessoas pronunciarem essas palavras como o exemplo e sempre pensarmos que estão falando errado.

Em Pernambuco os holandeses permaneceram por um longo período e deixaram forte influência. Veio deles o *r* chamado glotal, pronunciado forte na parte de trás da garganta, como nas línguas germânicas. Já o *r* falado na Bahia é semelhante ao *r* do carioca, aspirado, proveniente da colonização portuguesa.

No interior do Estado de São Paulo fala-se um *r* bastante acentuado, chamado de retroflexo (quando a parte de baixo da língua bate atrás dos dentes), como o *r* dos caipiras. São resquícios da fala dos índios tupis, adotada pelos bandeirantes. Essa pronúncia se espalha ainda pelo Sul de Minas e por Goiás. Na capital paulista, a forte influência italiana acentua a letra *t*, chamada alveolar (na pronúncia, a língua fica atrás dos dentes superiores), diferente do *t* chiado dos cariocas.

Variação Social:

As mudanças não se expandem entre todos os falantes de uma língua, então é possível descobrir diferenças limitadas geograficamente. Para uma língua como o inglês que é falada em muitas partes do mundo, há diferenças nacionais que distingue um inglês de um australiano, de um sul africano, de um americano. Dentro de cada país ainda há distinções. Um americano da parte oriental da Nova Inglaterra, um de Georgia e um terceiro do Arizona, não são iguais. Mesmo dentro de uma única região existem diferenças. Mesmo dentro de um mesmo estado como Ohio, Indiana ou Illinois há diferenças na fala as quais seguem linhas geográficas. Alguns falantes nativos de St. Louisians dizem que podem identificar diferenças entre falantes do sul e do norte.

Para achar uma variação regional temos que examinar pequenas áreas. Em algumas áreas existem traços conservadores que outras regiões possuíam e deixaram de possuir: existem traços inovadores os quais não são encontrados em muitos outros dialetos da língua. É a combinação de conservadores e inovadores, vocabulário, regras fonológicas sintáticas que fazem a linguagem de cada região.

Uma mudança na linguagem não se expande uniformemente se todos os falantes não tiverem adequadas imitações, ou se algumas pessoas não quiserem parecer com os membros do grupo que aceitaram a mudança. Esses fatores podem promover uma variação entre falantes de uma língua dentro de uma região geográfica tão facilmente como ocorre em regiões diferentes. As pessoas se organizam de acordo com interesses sociais, econômicos, de raça, de religião.

Durante a idade média e também muitos séculos depois, as distinções de classe na Europa eram muito bem marcadas, muito nítidas; assim como a variação social da linguagem também era bem definida. Com as mudanças (nesses últimos séculos) as divisões sociais tornaram-se extremamente complicadas. A mobilidade social é muito comum em muitos países e é impossível predizer qual a descendência de uma pessoa; a imigração deixa claro que nenhum grupo é homogêneo. Com as mudanças na estrutura social não significa que as distinções sociais deixaram de existir, elas continuam a existir, só que estão mais complicadas que antes.

Algumas variações sociais na linguagem resultam de educação ou da falta de educação ou a falta de educação. Todos os dialetos têm provavelmente a mesma estrutura mas se diferem na superfície por causa das diferenças fonológicas e regras sintáticas. Membros de diferentes grupos sociais têm diferenças em suas gramáticas porque as mudanças não se expandem com uniformidade, precisão. Como com a variação regional, a mudança não afeta todos os falantes.

Segundo Câmara (1986), a variação é consequência da propriedade da linguagem de nunca ser idêntica em sua forma através da multiplicidade de discurso. Essa variação real é compensada por uma invariabilidade imanente, que faz de cada realização, a rigor, diferente de qualquer outra, a apresentação de uma invariante que é o seu padrão. Assim, sob a variação incessante do discurso há a invariabilidade de um modelo, a que essa variação se refere e cujo sistema constitui a Língua, no sentido em que Saussure, a opunha a discurso. A variação pode ser livre, quando decorrente da própria impossibilidade de se repetir uma forma sempre exatamente da mesma maneira e de se chegar a uma identificação absoluta de realização entre todos os falantes de uma língua, ou pode ser Estilística quando há a intenção do apelo e da manifestação psíquica. Por outro lado, a variação Posicional decorre de uma assimilação geral dentro do contexto.

Carvalho (1967) fala de variações geográficas ou regionais ou locais, variedades culturais ou sócio-culturais e existência das variedades estilísticas. Afirma que o fator geográfico se deve a existência das variedades estilísticas que se costumam designar por dialetos e falares. A razão de ser destas variedades encontra-se naturalmente que, através de gerações sucessivas, os habitantes da mesma localidade, cidade, vila ou aldeia, de uma região ou província orientada política, econômica e culturalmente menor, geograficamente delimitada, no seio de outra mais extensa (comunidade nacional), desenvolveram modos de atuação que lhes são peculiares e os individualizam, distinguindo-os dos habitantes de outras regiões, de outras localidades.

Não é só de lugar para lugar que os modos de falar variam; numa só localidade, num âmbito geográfico retrato, os indivíduos que aí nasceram e se criaram não falam todos da mesma maneira ou não possuem todos a mesma técnica lingüística. Nestas condições o fator essencial da diversidade é específica e essencialmente da natureza social: o indivíduo aprende a falar no seu meio, na família e, mais lentamente, na sua classe ou ambiente

classe ou ambiente social, caracterizado por costumes, normas e convenções, isto é, por padrões culturais e portanto lingüísticos diferentes dos que regem os indivíduos pertencentes a outro meio social. Entre uns e outros há naturalmente relações e portanto intercâmbio, mas este não tem a força, a intimidade, a duração do que liga entre si os componentes de um mesmo meio. Aqui são pois os padrões culturais, a forma e o grau de cultura, e também as atividades habituais – profissionais e outras – que, determinando a formação de comunidades distintas, dentro das quais os indivíduos estão interligados por relações mais íntimas determinam por isso mesmo modos de falar, técnicas lingüísticas diversas – variedades no interior da comunidade lingüística mais extensa, que designaremos pelo nome de variedades culturais.

Independentemente da classe social em que os indivíduos nascem, o seu modo de vida, as suas atividades habituais, sobretudo de ordem profissional, reunindo-os freqüentemente em prolongado convívio, impele-os à criação de modo de falar peculiares, determinados pelas necessidades decorrentes umas da profissão mesma que exercem, outras da sua consciência de grupo, que dessa forma querem afirmar. Assim nascem outras formas de particulares das variedades culturais, as chamadas linguagens especiais e as gírias.

Outra espécie da variedade há que afeta a própria atividade lingüística de um mesmo sujeito falante. Mesmo numa comunidade lingüística homogênea, cujos membros disponham de técnicas lingüísticas praticamente idênticas, verificamos que eles não falam sempre do mesmo modo, variando este segundo as circunstâncias que momentaneamente determinam ou condicionam os seus atos. O mesmo indivíduo exprime-se de forma de acordo como lugar, o momento e as pessoas com as quais ele interage, com já mencionado antes.

Falantes de uma mesma língua falam diferentemente, há falantes inteligíveis e ininteligíveis que variam de diferentes maneiras. Vejamos a classificação dada por Wardhaugh, (1972):

- Pela idade: a linguagem varia de acordo com a idade da pessoa que a usa. Varia porque a linguagem deve ser aprendida, e parece haver estágios no processo de aquisição da linguagem. No entanto, uma criança de seis anos de idade parece já ter passado pela maioria desses estágios. Nós também reconhecemos que as pessoas

peessoas idosas falam de maneira diferente das pessoas jovens. Mas existem padrões para comunicação entre e dentro das gerações: velhos e jovens, pai e criança, adolescentes e seus pares etc.

- Pelo sexo e pela ocupação social: a linguagem também varia de acordo com o sexo e a ocupação. A linguagem do homem se difere da linguagem da mulher; homens não usam usualmente expressões carinhosas, e mulheres tendem a não usar profanações tão freqüentemente como os homens.

Em função de nossas ocupações, somos levados a usar termos técnicos, isto é, soldados, dentistas, estilistas, mecânicos, todos têm vocabulário especial, particular. Algumas vezes a consequência é que tais pessoas experimentam dificuldades de comunicação com pessoas que não trabalham na sua área, porque o vocabulário técnico não é compartilhado por inteiro.

Como vimos são várias as formas de variação lingüística na nossa sociedade, sendo que seus modos de evolução e utilização, podem incorrer em preconceitos: exclusões ou inclusões sociais.

4 NORMA PADRÃO E PRECONCEITO SOCIAL

De acordo com os conceitos da Antropologia, segundo a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais (1995, p. 484), o preconceito é uma opinião não justificada de um indivíduo ou grupo, favorável ou desfavorável. Desta forma o preconceito gera a discriminação. Neste trabalho, o enfoque principal se baseia nos preconceitos lingüísticos, que fazem as pessoas não aceitarem os outros dialetos existentes no Brasil na certeza de que existem dialetos corretos, dialetos errados, feios ou bonitos.

O preconceito lingüístico, como vimos, é conseqüência dos preconceitos sociais, pelo fato de associarmos a imagem de uma pessoa à língua que esta fala e de acordo com isso avaliá-la, prestigiando-a ou depreciando-a.

Na sociedade brasileira e mundial, o fator financeiro, como já tratamos, é o que representa o grau de cultura de uma pessoa, por isso acontece de os de classe social baixa serem ignorados na sociedade ao serem associadas também seu grau de cultura. Assim, os cidadãos que vivem abaixo da linha de pobreza são totalmente excluídos, destituídos de confiança e poder. Em se tratando de língua, infelizmente no Brasil ao relacionarmos a língua de uma pessoa ao seu nível financeiro e assim dando seu valor ou não, fazemos com que o preconceito caia sobre a maioria, já que a maioria da população brasileira é pobre.

Os que sofrem pela exclusão na sociedade, por não possuírem uma vida digna de um cidadão são estigmatizados com os estereótipos de que temos conhecimento no que diz respeito às situações de inferioridade que são refletidas nas pessoas de classe social menos favorecida.

Em conformidade com Gnerre (1987), os cidadãos, apesar de serem declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados no mesmo código pelo qual a lei é regida, pois a grande maioria não teve acesso a conhecer a norma considerada de prestígio: a Norma-Padrão. E para nós foi transmitido que é essa norma que conhecemos e utilizaremos como base na gramática tradicional.

O que foi-nos legitimado e ainda o é, principalmente na escola e nas mentes dos brasileiros, é que, através do ensino da gramática, qualquer um faria uso correto da língua portuguesa e conseqüentemente alcançaria status social, pois falar certo, de acordo com a gramática, leva a essa finalidade. Dessa forma, a gramática passa a ser a doutrina absolutista nas aulas de português amedrontando os estudantes. Sim, amedrontando, porque é quase desconhecido, pelo menos, em nosso campo de trabalho, uma única pessoa capaz de assumir algum gosto pelas regras gramaticais e também dizer que o que mais erram em provas são as malditas regras, que como participantes do processo de aprendizagem dos alunos, elas não são em absolutamente práticas para sanar os medos dos alunos ao enfrentarem um vestibular.

De acordo com Perini (2004), a gramática pode ser um instrumento de grande importância na sala de aula se tivesse o intuito de fazer com que professores e alunos compartilhassem momentos de pesquisa, raciocínio e observação. Ainda de acordo com este autor, a gramática poderia proporcionar também oportunidade de formular e testar hipóteses e descobrir soluções simples para as questões gramaticais de mais complexidade e de, mais importante, reconhecer que preceitos antigos e sem fundamentos não têm contribuição para a vida intelectual dos estudantes.

Como exemplo, Perini (1997, p.20) cita os verbos intransitivos e transitivos. Segundo a gramática, qualquer gramática, por exemplo, o verbo *comer* é transitivo porque exige um objeto que lhe complete o significado. Por isso podemos dizer:

(1) *Sônia já comeu as empadinhas.*

Onde as empadinhas é o objeto e completa o significado de *comeu*. Já o verbo *morrer* seria intransitivo porque não exige nenhum complemento, ou objeto a completar seu significado. Podemos dizer, então, algo, como:

(2) *Meu avô já morreu.*

Mas acontece que é natural ouvirmos a frase: *Sônia já comeu.*

E também:

(4) *Meu avô morreu uma morte tranqüila.*

Portanto, percebemos que uma pessoa imparcial diria que *comer* não é transitivo (segundo a definição dada), pois na frase (3) mostra que esse verbo pode aparecer em uma frase sem nenhum objeto que lhe complete o significado. E, paralelamente, *morrer* não

não poderia ser chamado de intransitivo, já que ocorre como em (4), como objeto (o objeto é uma morte tranqüila). Entretanto se o observador não for imparcial, dirá de acordo com o que está na gramática e não no uso da língua. Por isso percebemos que este é um conceito que aprendemos e que, enquanto professores, passamos para os alunos assim.

O preconceito lingüístico está presente em diversos segmentos de nossa população. Temos de um lado a elite, os letrados, que freqüentaram escola e que possuem vida intelectual ativa, supondo eles serem falantes que usam o português corretamente. De outro lado, temos uma enorme população brasileira, que nem é letrada nem freqüentou escola e que, segundo os padrões sociais brasileiros não falam corretamente o português.

De acordo com as estatísticas, o Brasil está nos primeiros lugares juntamente com outros países que possuem uma má distribuição de renda e também os primeiros em analfabetismo.

Em comparação com outros países o nosso sistema de ensino é ruim. Na França, por exemplo, a criança permanece, a partir dos cinco anos, de seis a dez horas por dia na escola, e nela permanece durante doze anos de sua vida. A realidade brasileira é bastante diferente, uma vez que possuímos no Brasil lugares que não têm nenhuma sala de aula decente para os alunos, que professores têm que triplicar o turno de trabalho para conseguir sobreviver com o salário que ganham.

Isto seria algumas causas de não termos no Brasil um interesse maior pela cultura, e isso vai acarretando problemas para a vida futura dos alunos que também não é dos melhores.

Sendo o Brasil, um lugar distante na qualidade de ensino, com um dos sistemas piores do mundo, não devemos culpar a criança de chegar a escola falando um dialeto que não é o mesmo que esta gostaria que fosse. Comparando com outros países, por exemplo, a França ou a Inglaterra, em que a criança, a partir dos cinco anos, permanece na escola de seis a 10 horas por dia e nela permanece durante doze anos de sua vida, a nossa realidade brasileira é muito diferente. Ainda temos, no Brasil, lugares que NÃO possuem nem mesmo uma sala de aula decente para os alunos estudarem.

Como já observado, muitos avanços ocorreram nos últimos tempos. O ser humano

humano conseguiu, em diversos aspectos, vencer inúmeras barreiras, mas algo ainda que persiste em grande parte da população é o preconceito. Este aparece sob vários aspectos. É como se fizesse parte dos humanos. Segundo Eagleton (1997, p. 65), “sem algum tipo de preconceção nem sequer seríamos capazes de identificar uma questão ou situação, muito menos de emitir qualquer juízo sobre ela”.

Para analisar o preconceito lingüístico, nos apoiaremos nas palavras de Bagno (2000), que revela os oito principais mitos que autor considera ser a causa do comportamento preconceituoso de muitos no Brasil, frente às variantes do nosso português. Com isso podemos perceber as relações do comportamento preconceituoso com a manutenção do poder da elite que exclui também a classe menos favorecida por meio da supervalorização da norma culta brasileira imposta pela elite dominante.

De acordo com Bagno (2000), os mitos são:

- (1) A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente
- (2) Brasileiro não sabe português (Eu não sei português) Só em Portugal se fala bem português
- (3) Português é muito difícil
- (4) As pessoas sem instrução falam errado “feio”
- (5) O lugar onde melhor se fala o português no Brasil é no Maranhão
- (6) O certo é falar assim porque se escreve assim
- (7) È preciso saber gramática para falar e escrever bem
- (8) O domínio da norma culta é instrumento de ascensão social

O mito número um (1) é considerado pelo autor o principal e o mais sério dos mitos: que a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade lingüística, isso apenas contribui para o preconceito fazendo com que os leigos desvalorizem as outras variedades regionais de falares que possuímos no Brasil.

Há no Brasil, variantes lingüísticas que são percebidas por qualquer pessoa que dialoga com outra que não seja de mesmo estado. Portanto, existem falas e dialetos diferentes. Um morador do Rio Grande do Sul, por exemplo, possui características de sua fala diferentes das de um morador de qualquer cidadão habitante de Minas Gerais. Outro, natural da Bahia, possui dialeto diferente de um morador do Rio de Janeiro. Por isso

isso percebemos que questões de linguagem e fala estão ligadas às questões culturais, assim como a cultura desses lugares são diferentes entre si também seus dialetos são diferentes. Como vimos, pois, a língua é entendida como produto social, logo, acompanha as modificações que ocorrem na sociedade. Se a cultura muda, também a língua muda. O paulista fala diferente do mineiro e este, por sua vez, fala diferente do gaúcho que fala diferente do carioca e assim por diante.

O mito número dois (2) apresenta a idéia de um português errado por algumas pessoas da sociedade. A expressão “não sei falar português” é ouvida em vários momentos, por todos nós. Até mesmo pessoas formadas com curso superior admitem por si mesmas que não sabem falar ou que a nossa língua é complicada. Isso reforça o outro mito (4), de que português é muito difícil. Perini (1997) aponta que raras pessoas se atrevem a dizer que conhecem a língua. A nossa tendência é a de supor que falamos mal a nossa língua. Ainda de acordo com Perini, dois fatores contribuíram para tal convicção: primeiro é o fato de falarmos sem muita preocupação na forma e, segundo, porque a escola nos ensinou durante anos que não conhecemos nossa língua, expondo os grandes fracassos em produções de textos e provas. Entretanto, o autor também afirma que sabemos muito bem a nossa língua, pois somos falantes fluentes dela. Nas escolas, principalmente, é muito cobrado por parte de professores que professor de português não pode falar errado. Se um professor de português disser “eu vi ele” é porque não sabe falar.

O mito seis (6) registra que existe uma confusão entre língua escrita e falada e a sobreposição da primeira em relação à segunda.

Nas escolas, participando de atividades de outros colegas de ensino de igual conteúdo, tivemos a oportunidade de perceber a comparação que alguns educadores fazem de fala e escrita ou exercícios, fazendo com que alunos corrijam formas de fala errada porque é errada sem nenhuma explicação convincente para isso, apenas a de que é errado porque não é de acordo com a gramática. Aliás essa é uma das primeiras justificativas do professor Pasquale e de muitos gramáticos ao justificar se uma construção está certa ou não. Parece lógico, mas responder que é certo ou é errado porque está na gramática evita

porque está na gramática evita problemas de pesquisar o assunto. Não necessita explicação porque não tem. O que é normativo para muitos não necessita explicação. Temos que obedecer. É mais prudente.

Por isso há enorme preocupação em ensinar gramática para os alunos na certeza de que ensinando-a, eles vão deixar de falar errado e assim vão dominar a língua e passara saber português.

Muitos professores fazem os alunos decorarem inúmeras regras da gramática pensando que terão êxito em vestibulares ou em suas vidas e quando estes fracassam acreditam não saber nada e o mito de que português é muito difícil ganha força e cresce. Assim, algumas escolas implantam o ensino tradicional gramatical desde as séries iniciais do ensino fundamental para que os alunos aprendam.

De acordo com essas questões, trazemos as palavras de Scherre (2005, p. 93) quando afirma:

não sou contra a gramática normativa. Não tenho como ser contra. Na maior parte das vezes, gramáticas normativas são produtos dos grupos sociais de prestígio. Seu ensino tem, nas comunidades modernas, uma função da qual não se pode fugir. Não se pode furtar de ensinar a usar uma arma de luta social. O que tem de ficar bem claro é que, quando professor de português está ensinando gramática normativa, ele NÃO está ensinando língua portuguesa. Língua materna se adquire; não se aprende e nem se ensina.

Também sobre o mesmo assunto registra Possenti (1997, p.54):

o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica. Em outras palavras se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber escrever uma língua sem saber nada “sobre” ela, por um lado, por um lado, e que, é perfeitamente possível saber muito “sobre” uma língua sem dizer uma frase nessa língua em situações reais (p. 54).

De uma maneira muito natural adquirimos a fala por volta de um, dois ou três anos de idade. A partir daí a comunicação faz-se necessária para que haja compreensão no mundo da linguagem.

Nenhum adulto precisa dizer a uma criança de três anos assim: “agora você precisa aprender a dizer uma frase”. Isso é um ato que qualquer falante vai adquirindo sozinho: aprende a falar. Desta forma a afirmação de que “fulano não sabe falar só é válida para quem é mudo”. Então desde cedo, aprendemos naturalmente a falar, a interagir, a pedir, a repreender por meio da interação com outros falantes.

À medida que vamos crescendo, a comunicação/interação vai aumentando também e assim vamos construindo a nossa gramática internalizada, pois já sabemos formar frases, solicitar algo, expressar descontentamento, enfim, aprendemos a nos expressar por meio de gestos e principalmente por meio de palavras.

De acordo com esse conhecimento adquirido na primeira infância é necessário respeitar, principalmente na escola, o modo de falar de uma criança.

Em nossa sociedade, a escola, por diversas vezes, supervaloriza a norma padrão como sendo a única que deve ser aceita e falada por todos os brasileiros, desprezando toda uma gama de linguagem que a criança já adquiriu em convivência com seu meio. Surge, a partir disso, um conflito: a criança é levada a acreditar que até ali o que ela utiliza como língua é errado e que é preciso se reeducar para aprender a falar corretamente, de acordo com a gramática normativa. É exatamente assim que nasce a baixa auto-estima com relação à língua de que trata Rajagopalan (2003).

Segundo Possenti (1997), a primeira definição de gramática – conjunto de regras que devem ser seguidas – é a mais conhecida do professor de primeiro e segundo graus, porque é, em geral, a definição que se adota nas gramáticas e nos livros didáticos.

Tem-se em nossa sociedade costume de acatarmos aquilo que uma minoria prega. Se é da elite, dos mais ricos falarem que a norma culta é certa, a tendência nossa é aceitarmos, sem questionamento.

Também é muito comum a postura do professor de passar para os alunos que o português é difícil, que estamos falando cada vez mais errado. Isso gera um conformismo por parte dos alunos. O professor, endeusando a norma padrão, faz com que os alunos se sintam rebaixados por sua maneira de falar, principalmente aqueles que são oriundos da zona rural.

5 PROFESSOR PASQUALE E SUAS COLUNAS: UMA ANÁLISE

Como vimos anteriormente, ter poder, ter riqueza e ter o poder de persuadir são requisitos inerentes ao ser humano, já que o poder seduz como afirma Foucault (1979), já que este leva a ocupar sempre um lugar outro na sociedade.

O preconceito lingüístico se torna uma arma poderosa nas mãos de quem tem o poder. O que leva a grande maioria que não possui oportunidades ficar à margem da sociedade, sem possibilidades de ascensão social.

Na visão normativista da língua, a mídia revela seus preconceitos com relação a algumas falas através de diversas formas. E a uma minoria é dado o direito de falar sobre questões da língua sem nenhum argumento científico para isso, deixando de lado a análise das causas realmente com seriedade para obter respostas concretas para o fato de tanta variedade no português.

Assim, existe um paradoxo entre uma minoria que não aceita as modificações do português moderno e, de outro lado, temos a grande população contribuindo para o crescimento da língua.

No entanto, nessa contradição, tem-se um impasse muito grande porque na mídia, infelizmente, não existe espaço para os que estudam profundamente a língua poder mostrar ao povo as questões da língua portuguesa, muito pelo contrário, os lingüístas, que são incansáveis estudiosos da língua são atacados pelos que possuem o poder e oportunidade para falar na imprensa.

Percebermos facilmente isso na coluna onde o professor Pasquale analisa fatos de uso da língua no jornal O GLOBO. São essas colunas a que nos propomos analisar neste trabalho.

Analisemos primeiramente, a que grupo de pessoas da sociedade brasileira é voltado esse jornal. É através desse jornal, especificamente voltado para um público denominado classe média ou classe média alta, que a imprensa colabora para espalhar seus

seus preconceitos com alguns falantes da língua. Preconceito esse que não está explicitamente ligado à fala de grande parte da sociedade que não tem acesso ao jornal, mas um preconceito também ligado ao grupo social que não corresponde com isso, ao enunciar frases como: *erro de português, massacrando o português, estão acabando com a nossa língua, é incorreto falar assim etc.*

Há, na televisão, pessoas consideradas responsáveis por dizer que erros são cometidos diariamente no uso da língua não se preocupando em investigar os mecanismos e os processos de variação existentes no português. A própria norma padrão deveria ser considerada uma variação e ela mesma possui muitas variações, uma vez que a língua recebe intensamente a influência de palavras que pertencem a outros idiomas e que passam a fazer parte da nossa comunicação.

Juntamente com programas de televisão, colunas de jornal também prestam o serviço, oferecendo amostras de língua perfeita, ajudando a perpetuar uma visão normativista da língua e o preconceito lingüístico.

A linguagem humana, bem como sua transformação, necessita ser registrada, estudada mais a fundo como a lingüística vem fazendo, mas a ela não é proporcionado espaço para que mostre os avanços e as descobertas que se tem feito sobre a língua.

De acordo com Possenti (1997) não há, por exemplo, divulgação de descobertas “científicas” no domínio das línguas. Ou se divulgam curiosidades anedóticas ou se repetem apenas as teses conservadoras e normativas.

Nota-se, claramente que a visão normativista da língua está ligada a questões ideológicas, que por assim dizer pressupõe um português culto, bonito e correto falado na elite e por outro lado o português feio, errado, que é utilizado pelos pobres.

As afirmações de que “quem fala certo é culto” e que este supostamente pertence a uma classe social elevada e de que “quem fala errado é ignorante” e de que este é pobre, são baseadas nos preceitos de certo e errado que a gramática ensina.

O preconceito lingüístico acaba marginalizando cada vez mais o cidadão brasileiro que não teve oportunidade de cursar uma escola. Muitas vezes ele é privado de seus direitos.

Sobre isso registra Scherre (1998, p.43):

em nome da boa língua pratica-se a injustiça social, muitas vezes humilhando o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade – da qual a escola é reflexo ativo – fazem associações perversas, sem respaldo lingüístico estrutural, entre domínio de determinadas formas lingüísticas e beleza ou feiúra; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância ou deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência ou burrice.

Vejamos, pois, o texto a seguir, de Pasquale:

• Existe acento em "item" e em "itens"? (1) A leitora Maria G. Camargo quer saber se o "i" dessas duas benditas palavras deve ou não receber acento agudo. É claro que a leitora também quer saber por que existe ou não existe acento. Cara Maria, comecemos pela resposta: não (mil vezes não!) existe acento no "i" dessas duas palavras. E por quê? Vamos lá: a sílaba tônica das duas é justamente o "i", por isso ambas são paroxítonas (terminadas em "em" e em "ens", respectivamente).

AO PÉ DA LETRA

PASQUALE CIPRO NETO



• Existe acento em "item" e em "itens"? (2) Com essas terminações, são acentuadas as palavras oxítonas, como "amém", "alguém", "vintém", "armazéns", "parabéns", "reféns" etc. Se as oxítonas terminadas em "em" e em "ens" são acentuadas, as paroxítonas que têm essa terminação não são acentuadas. É o que ocorre com palavras como "jovem", "nuvem", "homem", "jovens", "nuvens", "homens" etc. Se "jovem" e "jovens" não são acentuadas, "item" e "itens" (que se enquadram no mesmo caso) também não são.

Os leitores perguntam (2)

O leitor Pedro Salerno Junior diz que, numa atividade de língua portuguesa, sua filha teve de substituir complementos verbais pelos pronomes correspondentes. A resposta que a professora deu para a frase "Você descobriu o segredo do cofre?" foi "Você descobriu ele?", o que deixou em dúvida o leitor, que quer saber se isso é correto.

Caro Pedro, a resposta que a professora deu é perfeitamente cabível, em se tratando das variedades informais da língua. Ocorre, no entanto, que ninguém vai à escola para aprender o que já sabe. Em outras palavras, a obrigação do professor é mostrar aos alunos o que se usa nas diversas variedades linguísticas, o que implica levar em conta também (e sobretudo, em se tratando do papel da escola) a língua culta. Pois bem, nesse registro (o culto, formal) a forma adequada é "o" ("Você o descobriu?").

A esta altura, talvez seja conveniente lembrar o processo todo. O pronome "o" e suas flexões "a", "os", "as" substituem complementos verbais diretos, ou seja, não regidos de preposição ("a", "para" etc.). É esse o caso da frase em questão, em que se encontra o verbo "descobrir", que não rege preposição (o complemento desse verbo é "o segredo do cofre", que, como se vê, não é introduzido por nenhuma preposição). Se no lugar de "o segredo do cofre" houvesse algo como "a senha do grupo" ("Você descobriu a senha do grupo?"), a resposta seria "Você a descobriu?". Bem, nem é preciso dizer que, se em vez de "segredo" fosse empregada a palavra "segredos" ("Você descobriu os segredos do cofre?") e se em vez de "senha" fosse empregada a palavra "senhas" ("Você descobriu as senhas do grupo?"), as respostas seriam, respectivamente, "Você os descobriu?" e "Você as descobriu?".

Convém lembrar também que, quando se deseja substituir um complemento verbal regido por uma preposição (o que se vê, por exemplo, em "Eu já disse a você que..." — a expressão "a você" é introduzida pela preposição "a"), o pronome que se emprega (no registro formal — é bom deixar claro) é



"lhe" ("Eu já lhe disse que...").

Os leitores certamente sabem que em diversas regiões do Brasil o pronome "lhe" é largamente usado como complemento de qualquer tipo de verbo. Nesses registros linguísticos, frases como "Faz tempo que não lhe vejo", "Não lhe conheço" e "Amanhã eu lhe procuro", entre tantas outras, são mais do que comuns. Que deve fazer o professor de português nesses casos? Deve dizer aos alunos que eles (e seus pais, irmãos, tios, primos, amigos etc.) não sabem falar? É claro que não

deve ser essa a postura de um professor de português que tenha os pés no chão. Seu papel é dizer aos alunos que, em se tratando das variedades formais (sobretudo as escritas) da língua, o pronome "lhe" só complementa verbos que regem preposição ("Peça ao rapaz que..." = "Peça-lhe que..."; "Não prometi nada a você" = "Não lhe prometi nada"; "Ofereça este livro a ela" = "Ofereça-lhe este livro"). O professor deve dizer, portanto, que, em se tratando do registro escrito formal, uma frase como "Faz tempo que não lhe vejo" se trans-

forma em "Faz tempo que não o/a vejo". E por quê? Porque o verbo "ver" não rege preposição (se alguém vê, vê algo ou vê alguém).

Nos registros formais, a frase "Não lhe conheço" se transforma em "Não o/a conheço" ou em "Não conheço você/o senhor/a senhora" (o verbo "conhecer" não rege preposição: se alguém conhece, conhece algo ou conhece alguém). Também nos registros formais da língua, a frase "Amanhã eu lhe procuro" se transforma em "Amanhã eu o/a procuro" ou em "Amanhã eu procuro você/o senhor/a senhora" ("procurar" também não rege preposição: se alguém procura, procura algo ou procura alguém).

Estudado há algumas décadas pela sociolinguística, esse uso do "lhe" no lugar de "o" ou "a" recebe o nome de "lheísmo", assim (bem) definido pelo grande dicionário Houaiss: "Fenômeno linguístico que ocorre em alguns dialetos (sociais ou regionais, ou ambos) do português do Brasil, que consiste em substituir por *lhe(s)* os pronomes *o(s)*, *a(s)* (referentes ao tratamento *você*, *vocês*), na função de objeto direto". O exemplo do dicionário é este: "Ele lhe convidou para ir ao cinema?". Como se sabe, o verbo "convidar" não rege preposição, ou seja, relaciona-se diretamente com seu complemento (se alguém convida, convida alguém, e não "a alguém"). No padrão formal, portanto, a forma "Ele lhe convidou?" se transforma em "Ele o/a convidou?".

Por fim, não custa dizer (mais uma vez), caro Pedro Salerno, que a questão não deve e não pode ter por base o conceito de "certo" e "errado". O que conta aqui é a adequação da linguagem. Em se tratando das variedades informais da língua do Brasil, é muito mais provável que alguém diga "Você descobriu ele?"; em se tratando das variedades formais, a construção recomendável (e usada, documentada) é "Você o descobriu?".

Até domingo. Um forte abraço.

E-mail para esta coluna: pasquale@oglobo.com.br

Correspondência para O GLOBO: Rua Irineu Marinho 35, CEP20233-900 ou pelo fax 534-5335

5.1 Análise do texto 01: "Ao pé da letra"

Analisando o exemplo da coluna do jornal O GLOBO, em que o professor Pasquale Cipro Neto escreve semanalmente, coluna essa chamada "AO PÉ DA LETRA", o autor reforça seu caráter normativo de acordo com suas orientações linguísticas e sociais e mostra marcas de vários preconceitos.

Em primeiro lugar percebemos que o professor escolheu mostrar a figura do nordestino, que é muito estigmatizado na sociedade por diversos fatores e como está claramente mostrado, um deles é a sua maneira de falar. Ele entra na sala de aula e avista alguém que há muito tempo não via e diz: “faz tempo que não lhe vejo”, ao que a professora corrige dizendo “faz tempo que não a vejo”.

Neste caso percebemos uma série de marcas preconceituosas na ilustração e na linguagem apresentada no texto destinado aos leitores do jornal: de um lado o nordestino, que muitas vezes é visto como engraçado pelo seu dialeto. Vejamos, porém, que o nordestino neste caso é negro, o que gera um preconceito ainda maior. O que dizer então desse mesmo nordestino, negro, pobre, mal vestido e que não sabe falar?

É bastante perceptível a presença das marcas de exclusão no exemplo que por outro lado mostra a aluna e a professora brancas falando corretamente. Ou melhor, a professora ensina à aluna a maneira “correta” de falar de acordo com os preceitos da gramática.

O professor começa seu texto afirmando que ninguém vai à escola para aprender o que já sabe. Aqui o professor parece declarar uma marca na sua expressão e preconceitos lingüísticos. Ora, se o aluno já sabe o não padrão, então a escola deve ensinar o que é padrão, pois este ele não sabe.

Pasquale faz uso de expressões próprias de quem estuda a descrição da língua como fazem os lingüistas, mas na sua fala, associada à imagem, percebe-se o que podemos chamar de desprezo ao uso do português que não seja o padrão. Analisando as colunas do jornal onde o professor Pasquale faz suas correções no uso do português nota-se uma tendência a não aceitação do crescimento da língua. Por diversas vezes, nos veículos de comunicação alguém considerado sabedor da língua solta algo como isso.

Negro e mal vestido como mostra a ilustração percebemos os preconceitos aqui expostos. Nordestino é quase sempre motivo de risos por parte de muitos em nossa sociedade e sua fala é vista como “engraçada”. O professor pode talvez ter mostrado a figura do nordestino para dizer que estes supostamente falam errado mesmo, ou seja, enfatizou que nessa região os usuários do português utilizam uma forma errada em desacordo com a gramática.

Como mostra o exemplo na pergunta que o leitor faz sobre a existência de acento em **item** e **itens**, a resposta do professor é bastante normativa: “não, mil vezes não!”, reafirmando seu argumento de autoridade.

E em seu modo de falar, percebemos com mais certeza o fato que registra Ilari (2006), sobre a variação diastrática e que explicitamos anteriormente: existem formas de falar o português e essas formas são ligadas ao poder social e por sua vez a sua valorização ou desvalorização.

O professor mostra que é bem familiar com os leitores do jornal, pois sua fala no 4º parágrafo declara: “*os leitores certamente sabem que em diversas regiões do Brasil o pronome “lhe” é largamente usado como complemento de qualquer tipo de verbo.* Nesses registros lingüísticos, frases como “faz tempo que não lhe vejo” e as outras que o professor exemplifica são mais do que comuns na linguagem oral. Vemos a superioridade da professora no exemplo, corrigindo o aluno bem como a de Pasquale, ao fazer essas afirmações. Ora, se em muitos lugares do Brasil, o pronome “lhe” em casos como esse, é largamente usado, de acordo com o professor Pasquale, então, está na hora de admitir: os falantes fazem uso livremente de palavras ou expressões que melhor traduzam o que querem dizer. Aqui, parece-nos, que para o professor não importa o indivíduo fazer-se entender, de se comunicar e interagir através do mundo e com ele, mas o uso correto da forma de acordo com o padrão gramatical.

No Brasil temos várias variações e por assim dizer normas de falar o português, de acordo com o contexto. Cada falante, dependendo de sua região, possui sua norma específica de português. Assim, temos a norma regional e social, como aponta Couto (1986) e estas, classificadas em culta, média e popular (A,B e C, respectivamente). A popular é a do caboclo, de nível social baixo, a média refere-se à classe média e a culta, é a que as pessoas usam em situações de formalidade. Dessa forma, na situação apresentada, o sujeito, nordestino é associado ao caboclo e mostrado para todos que é pobre. Também percebemos que o valor dado à pessoa depende do tipo de linguagem que é falada por ela.

Como a língua é um fenômeno sócio-cultural, ela apresenta variações e assim não se deveria supor como “errada” a forma pela qual o nordestino se apresenta. Deveria ser considerado a sua forma de falar como diferente. E, uma vez que o professor admite que

que “o pronome *lhe* é complemento de qualquer tipo de verbo”, ele confirma a nossa análise de que os usuários, por inúmeras vezes, estabelecem normas.

Em se tratando de pessoas de uma região menos escolarizada, como existem milhares no Brasil onde não há nem escolas decentes, a língua que as pessoas usam é de acordo com a comunidade em que vivem. Quem chegar de fora da comunidade pode não entender o tipo de linguagem que esta possui.

Se são comuns essas frases, supomos que seja então um de muitos exemplos de consagração da forma pelo uso mas que muitos ainda no Brasil não admitem, apesar de seus usuários, o povo não pensa nisso.

Esse exemplo mostra como algumas regiões do Brasil são estigmatizadas em suas maneira de falar. Mostrar um nordestino e criticar os usos de certas formas e ainda dizer que em algumas regiões do Brasil a forma *lhe* é utilizada como complemento de qualquer tipo de verbo, nos mostra que existem provas do que os estudiosos afirmam: existe no Brasil o mito da superioridade lingüística. Pelo exemplo, verificamos que o nordestino mais uma vez aqui é visto como aquele que fala errado.

No Brasil, temos pessoas que acham que em algumas regiões o português é mais bonito do que em outras. Um exemplo disso nos mostra Couto (1986), ao dizer que, no Rio de Janeiro, por ter sido sede da corte e, posteriormente, da capital federal, houve até recentemente uma crença na superioridade do português carioca sobre o das demais regiões do Brasil. O Rio de Janeiro era o lugar onde se falava o melhor português, o português carioca seria a norma para todo o Brasil.

Hoje em dia percebemos uma relação de inferioridade ou superioridade por parte mesmo das pessoas que utilizam o português ao afirmar que existem dialetos feios e bonitos. Entre os mineiros isso é bastante notável. Uma grande parte deles, por exemplo os adolescentes estudantes consideram a sua maneira de falar inferior a dos cariocas ou dos paulistas. E de acordo com o depoimento dos adolescentes mineiros, cariocas e paulistas consideram divertido o dialeto dos mineiros e de pouco prestígio. Percebemos porque dificilmente um carioca ou paulista imita ou faz questão de falar conforme os mineiros. No entanto, para estes, um pequeno contato com os outros é o bastante para se familiarizarem com seus sotaques e assim imitá-los e até mesmo adquiri-los.

Ao “endireitar” a fala do aluno, como vimos no exemplo, a professora, da maneira

maneira como o fez, pode ter desencadeado uma série de complexos no aluno, ou no visitante. Quando um estudante chega em uma escola é necessário ter o devido cuidado com a maneira de passar para ele as formas de adequação de linguagem. Como já vimos, a língua padrão para muitos que assim chegam pode parecer uma língua estrangeira. Um caso desse tipo pode fazer com que um estudante tenha receio em se expressar por não saber falar corretamente de acordo com o que a professora deseja.

Em suma, temos a norma da gramática, que o professor Pasquale recomenda e que não é seguida por muitos, como ele mesmo admite, e temos de outro lado o nordestino, representando a realidade do povo brasileiro, a linguagem real usada por um povo.

Vejamos, pois, outro texto:

Pasquale Cipro Neto

HÁ UM BOM TEMPO, A PUBLICIDADE DE uma fábrica de peças para automóveis começava com estas palavras: “No meio da chuva, o coração do seu carro são as palhetas...”. Embora registrada e explicada pelas gramáticas, essa concordância (“O coração do seu carro são...”) inegavelmente causa um certo desconforto. Não se costuma esperar o verbo no plural depois de um substantivo no singular.

Quando se estudam as regras de concordância verbal, notam-se dois grupos: os casos genéricos e os particulares. Alguns dos integrantes da lista de “casos particulares de concordância” são os verbos “haver”, “fazer” e “ser”. Todas as gramáticas trazem um item em que se trata da “concordância especial do verbo ser”.

O que ocorre com o verbo “ser” na frase da peça publicitária citada no início deste texto? Nela, o verbo “ser” liga coisa e coisa, isto é, “coração” e “palhetas”, substantivos comuns, de número diferente — um no singular (“coração”) e outro no plural (“palhetas”). As gramáticas ensinam que, quando isso ocorre, a tendência é que o verbo “ser” vá para o plural. Foi o que fez o redator da peça publicitária. E foi o que fez também o grande escritor Camilo Castelo Branco em “A cama são umas palhas” (o exemplo é citado pelo eminente professor Domingos Paschoal Cegalla). Na frase de Camilo, o verbo “ser” liga “cama” e “palhas”, dois substantivos que nomeiam coisas. A concordância foi feita com o substantivo que está no plural (“palhas”).



“O coração do seu carro são...”

Também se vê essa opção em frases como “Para os investidores estrangeiros, o maior problema do Brasil são as constantes alterações nas regras econômicas” ou como “O principal drama da equipe são as constantes contusões dos jogadores veteranos”. No primeiro exemplo, o verbo “ser” liga “problema” e “alterações”; no segundo, “drama” e “contusões”. Nas duas frases (em que os termos relacionados nomeiam coisas), o verbo “ser” concorda com o substantivo que está no plural.

Nas situações que acabamos de ver, a tendência dominante realmente é a da opção pelo emprego do verbo “ser” no plural, embora não faltem exemplos contrários em grandes escritores da nossa língua. As gramáticas dizem que isso ocorre quando se quer enfatizar o que está no singular. Foi o que fez José Saramago em “Que Farei com Este Livro?”. Nessa obra, encontra-se esta construção: “Terei de explicar-te que, na matéria que estamos a discutir, o ramo é os princípios...?”. Saramago optou pelo verbo “ser” no singular, certamente para enfatizar “ramo”, e não “princípios”.

Na copa de 98, o jogador Dunga (capitão da nossa equipe) protagonizou um episódio interessante. Depois do jogo do Brasil contra a Noruega — vitória norueguesa, lembra? —, houve uma reunião entre jogadores e comissão técnica, para que cada um dissesse o que quisesse, ou seja, para que ocorresse a famosa lavagem de roupa suja. Depois da reunião, Dunga disse que não adiantava ficar falando, falando. “Nosso negócio não é falar, é jogar. Nossa língua é os pés”, disse Dunga.

Pois bem. Por incrível que pareça, a concordância escolhida por Dunga em “Nossa língua é os pés” deu a dimensão do que ocorreria com o time nacional. Ao empregar o verbo “ser” no singular (“é”), conscientemente ou não o craque enfatizou o que ele mesmo dizia não ser o forte dele e dos demais jogadores: a língua. Talvez premonitória, a declaração de Dunga — por meio da concordância verbal — sintonizava-se com o pouco brilho que a Seleção exibiu naquela Copa, principalmente na final. Embora seja tarde, convém alterar a frase do craque gaúcho, sobretudo para adequar a mensagem à verdadeira intenção do atleta (que era enfatizar os pés, base literal do ofício exercido por ele e por seus companheiros). O que Dunga queria dizer se traduz melhor com esta construção: “Nossa língua são os pés”.

Até domingo. Um forte abraço. ■



“Talvez premonitória, a declaração de Dunga — por meio da concordância verbal — sintonizava-se com o pouco brilho que a Seleção exibiu naquela Copa.”

E-mail para esta coluna: pasquale@oglobo.com.br

Correspondência: O GLOBO Rua Irineu Marinho 35, CEP20233-900 ou fax 2534-5535

5.2 Análise do texto 02: “O coração de seu carro são...”

Neste exemplo de recomendação de uso do português correto do professor Pasquale, vemos a questão do plural da construção: “o coração de seu carro são...”

No primeiro parágrafo, ele começa justificando que o uso dessa expressão é registrado pelas gramáticas. Ou seja, mesmo causando um estranhamento do leitor, a questão é: se está na gramática é certo. Portanto, aqui, mais uma vez neste exemplo, o professor utiliza os argumentos da gramática tradicional para justificar a construção que causa estranheza aos leitores.

O professor segue justificando os marcadores de plural na língua portuguesa, que, segundo as regras gramaticais, devem marcar todos os elementos da frase. Assim, ele percebe e mesmo na sua fala relata que devemos observar as regras, mesmo que a forma não é utilizada por muitos escritores brasileiros.

Sabemos que desde a época anterior ao romantismo no Brasil, era urgente que se acabassem com certas formalidades ao escrever. Era necessário algo extraordinário para salvar a literatura no Brasil e a salvação foi a Semana de Arte Moderna que aconteceu em 1922 quando os autores jogaram por terra as regras que estabeleciam formas para escrever se sentindo presos a preceitos que não lhes deixava a liberdade de criação. Com a chegada do romantismo muitos escritores puderam, além de se libertar das regras, dar livre curso a sua criação literária e desde então temos essa riqueza na literatura. Apesar de o Romantismo ter causado muita estranheza na época, por ceder lugar ao liberalismo (doutrina fundamentada na crença da capacidade individual do homem), a economia estimulava a livre iniciativa. Ainda com o progresso político, econômico e social da burguesia preparou-se um terreno para que surgisse um fenômeno cultural baseado na liberdade de criação, fazendo os indivíduos desobedecerem os padrões que eram estabelecidos. Isto significou para nós uma mudança muito importante porque, em muitos aspectos, as pessoas passaram realmente a expressar-se e a fazerem se entender, o que é muito importante no ato de comunicação. E isto pode se tornar difícil de conseguirmos, talvez se estivermos preocupados em obedecer regras e preceitos remotos.

No exemplo visto da coluna do professor Pasquale, o importante é a maneira correta de expressão, correta de acordo com os preceitos gramaticais e seu preconceito às formas erradas que se refletem no jogador e não nos exemplos que citou dos autores consagrados. Percebemos o que apontamos sobre preconceito social transferimos para a pessoa, fazemos a imagem da pessoa à língua que ela fala. E mais ainda, ele subestima a capacidade de os jogadores falarem o seu idioma.

Não queremos fazer apologia ao que não está de acordo com a norma padrão, ou seja, “falar errado”. O que vemos, é uma agressão desnecessária aos jogadores do Brasil, uma vez que, se não sabem falar como recomenda a gramática, sabem jogar muito bem. Portanto, percebemos que a qualidade principal de um jogador é desprezada quando se trata de não falar corretamente. Aqui, como apontamos, os argumentos do professor, além de serem respaldados na gramática, faz com que os leitores, se antes não se importavam, passam a valorizar o fato dos jogadores não saberem utilizar a língua e assim, cria-se uma discriminação em relação à credibilidade destes.

Observamos que ao chocantes as palavras do professor ao falar dos jogadores, como mostra o 7º parágrafo, ao falar da frase de Dunga: “Ao empregar o verbo ser no singular (é), conscientemente ou não o craque enfatizou o que ele mesmo dizia não ser o forte dele e dos demais jogadores: a língua.” Isto é, todos os jogadores não sabem usar a própria língua.

Algo que temos que levar em conta não é somente o fato de uma pessoa não saber falar como a gramática recomendada; antes de tudo temos que olhar a pessoa como ser constituinte de um povo que fala sua língua e é responsável pela mudança que ocorre com ela. Todos nós fazemos parte da história de um povo, participamos ativamente, falando, interagindo uns com os outros e buscando formas de melhor sermos entendidos pelo outro.

Qual motivo seria então, que teria levado o escritor Camilo Castelo Branco a escrever: “a cama são umas palhas”, citado por Cegalla? Cegalla (1991) explica dois substantivos que nomeiam coisas. Também o exemplo de José Saramago: “o ramo é os princípios”. Cegalla explica aqui que Saramago optou por enfatizar ramo e não princípios.

Assim, é claro que entendemos que todos os escritores famosos usam uma construção que causa um desconforto (nas palavras de Pasquale). Mas por outro lado, o jogador Dunga, segundo o professor, foi muito infeliz na sua declaração e não sabe, nem ele, nem os demais jogadores, fazer uso correto da língua.

Vejamos agora outro texto, “Refugiamo-nos no amor...”

Pasquale Cipro Neto

NA SEMANA PASSADA, "AO SOM" DA antológica canção "O plantador", composta por Hilton Aciolly (música) e Geraldo Vandré (letra), tratamos do emprego das formas pronominais "no" e "lhe", presentes na frase "Deixem-no morrer, não lhe dêem água", proferida pelo dono da terra, personagem da letra da canção. Vimos que os pronomes "o" (que se transforma em "no", porque se associa à forma verbal, "deixem", terminada em "m") e "lhe" se referem ao mesmo elemento (o narrador, que também é personagem). A frase do "dono" equivale a algo como "Deixem esse cidadão morrer, não dêem água a esse cidadão".

Se esse texto tivesse sido escrito um ou dois séculos atrás, provavelmente a forma verbal "deixem" (da terceira pessoa do plural do imperativo afirmativo de "deixar") teria sido substituída por "deixai", da segunda do plural ("vós"). Como se sabe, a segunda do plural está em desuso na língua viva, mas tem forte presença nos textos clássicos, religiosos etc. Convém lembrar que a flexão "deixai" resulta da eliminação do "s" final da segunda pessoa do plural do presente do indicativo ("vós deixais"), processo que, aliás, vale para todos os verbos da língua. Se for empregada a forma "deixai", será necessário usar "não lhe deis", flexão da segunda pessoa do plural do imperativo negativo do verbo "dar". Essa forma (como todas as do imperativo negativo) provém



'Refugiamo-nos no amor...'

do presente do subjuntivo ("que vós deis"). Redigida na segunda pessoa do plural, a frase de Vandré ficaria assim: "Deixai-o morrer, não lhe deis água". Como se vê, não ocorre alteração na forma pronominal "o" quando associada a "deixai".

Essa observação sobre "deixai" me lembra uma questão do vestibular da Unesp (uma das três universidades públicas do Estado de São Paulo), baseada em um trecho de um sermão de Vieira. Os examinadores queriam que o candidato localizasse no fragmento apresentado a única passagem em que o pregador se dirigia diretamente ao público. A resposta (que poucos acertaram segundo a própria organização do vestibular) era "reparai", flexão da segunda pessoa do plural do imperativo afirmativo do verbo "reparar". A forma "reparai" resulta da eliminação do "s" final de "reparais" (da segunda do plural do presente do indicativo). Ao

dizer "reparai", o pregador se dirige a seus ouvintes, a quem dá o tratamento de "vós".

Por ser pouco (ou nada) usual, a segunda pessoa do plural quase sempre nos coloca em dificuldade. Obviamente, a solução não é pura e simplesmente ignorar essa flexão, eliminá-la do ensino da língua etc (como sugerem alguns gênios). Certamente é mais sensato prover adequadamente os estudantes (e quem mais se interessar) dos instrumentos necessários para entender o emprego da segunda pessoa do plural.

Pois bem. Voltemos aos pronomes oblíquos átonos pospostos ao verbo. Como se empregam "lhe" e "lhes" quando vêm depois de flexões verbais como "pedimos", "solicitamos", "encaminhamos" etc? O "s" final do verbo fica ou desaparece? Fica: "Encaminhamos-lhe(s) a proposta relativa..."; "Solicitamos-lhe(s) o envio..."; "Pedimos-lhe(s) que...". Essa dúvida, muito frequente, talvez decorra do fato de que o pronome

oblíquo átono "nos" provoca a eliminação do "s" das formas verbais da primeira pessoa do plural ("nós"): "Roubemo-nos ao deu Tempo" (de "Os passistas", de Caetano Veloso); "Talvez isso nos livre de lançarmo-nos" (de "Livros", também de Caetano); "Refugiamo-nos no amor / Este célebre sentimento / E o amor faltou..." (de "O medo", de Carlos Drummond de Andrade). Que fique claro, então: "Entregamos-lhe(s) os livros", "Demo-nos as mãos", "Abraçamo-nos"; "Pedimos-lhe(s) autorização para...".

Até domingo. Um forte abraço. ■



"Por ser pouco (ou nada) usual, a segunda pessoa do plural quase sempre nos coloca em dificuldade. Obviamente, a solução não é pura e simplesmente ignorar essa flexão."

E-mail para esta coluna: pasquale@oglobo.com.br

Correspondência: O GLOBO Rua Irineu Marinho 35, CEP20230-023 ou fax 2534-553

5.3 Análise do texto 03: “Refugiamo-nos no amor...”

No exemplo mencionado nessa coluna do professor Pasquale, em que o mesmo se refere a uma canção “O plantador”, composta por Hílton (música) e Aciolly e Geraldo Vandré (letra), aparecem formas de uso da língua em 2ª pessoa do plural.

De acordo com o professor, se o texto tivesse sido escrito há um ou dois séculos, provavelmente a forma verbal “deixem” (da terceira pessoa do plural do imperativo de “deixar”) teria sido substituída por “deixai”, da segunda do plural (“vós”). O professor ainda afirma que a forma de segunda pessoa do plural está em desuso na língua viva. Sobre isso Lima (1972) e Neto (1977) afirmam que é dificilmente documentada na língua contemporânea essa forma no Brasil. Mesmo o uso culto inclina-se para a concordância na 3ª pessoa do plural. Para os autores, 1972 e 1977 são datas que podemos considerar um pouco distantes, porém já se admitia a forma consagrada pelo uso real da língua.

Como vimos anteriormente, as mudanças que ocorrem na língua são muitas: um texto escrito no começo do século passado já apresenta mudanças consideráveis em relação à época de hoje, logo, retroceder a um ou dois séculos é muito exagero do professor para justificar os usos da forma em 2ª pessoa do plural.

Por isso acreditamos que no Brasil exista uma língua viva (o próprio Pasquale afirmou isso), mas percebemos sempre uma queda voltada para os escritores clássicos. Principalmente quando ele quer elitizar a forma referida no texto, que é a forma de tratamento em 2º pessoa, mesmo esta não sendo mais usada.

Ocorre também um ataque aos lingüístas estudiosos da língua no 4º parágrafo, quando o professor recomenda: “por ser pouco (ou nada) usual, a segunda pessoa do plural quase sempre nos coloca em dificuldades”. Obviamente, a solução não é pura e simplesmente ignorar essa flexão, eliminá-la do ensino da língua (como sugerem alguns gênios).

O pronome “vós”, afirma Bagno (2001), já se tornou um verdadeiro dinossauro lingüístico entre nós, brasileiros, pois está extinto da nossa fala há muito tempo.

Assim como muitas palavras já desapareceram do nosso léxico, também o pronome “vós” tende a desaparecer. O que o professor argumenta que os gênios aqui mencionados – como sendo os lingüistas – que ignoram a flexão, não é verdade. Os estudiosos esclarecem e todos presenciam. Pasquale quer cobrar os padrões lingüísticos de tempos atrás como mostramos nesse caso e regredir no passado. Os lingüistas estudam isso e percebem que não usamos mais a forma que muitos professores ainda argumentam que devemos estudar, somente porque é mais bonito ou porque está na gramática. Sobre a imposição de palavras ou construções que caíram no desuso, afirma Perini (2000): a língua hoje funciona e evolui como todas as instituições sociais. Não falamos nem escrevemos hoje como em 1950, nem dançamos o tuíste e raras vezes usamos gravata ou luvas de pelica quando saímos para fazer compras.

Vejamos outro exemplo:

Pasquale Cipro Neto

UM CASAL DE SANTO ANDRÉ (SP) ME escreve para dizer que a escola em que os filhos deles estudam pediu aos alunos que fizessem um trabalho sobre a região Nordeste. No primeiro item desse trabalho, os estudantes deveriam relacionar "os Estados que a compõe". O segundo item terminava com esta recomendação: "Procure uma reportagem de jornal ou revista que mostre como um desses direitos têm sido respeitados ou não pelas pessoas".

O casal (que se autodenomina "pais aflitos") diz que questionou a coordenadora pedagógica da escola sobre as formas "compõe" (do primeiro item), "têm" e "respeitados" (do segundo). A coordenadora ratificou os termos empregados, porém sem argumentos lógicos", diz o casal, que me pede a solução do impasse.

Vamos lá, pois. No primeiro item, a forma correta não seria "compõe"; seria "compõem" ("os Estados que a compõem"). É bom lembrar que "compõe" e "compõem" pertencem ao presente do indicativo do verbo "compor". A primeira forma ("compõe") é da terceira pessoa do singular; a segunda ("compõem") é da terceira do plural. E por que a forma correta, no caso, seria "compõem"? Porque, como afirmou o casal à coordenadora pedagógica da escola, "são os Estados que compõem a região, e não a região que compõe os Estados".



Os Estados que a compõem

Na verdade, bastaria à coordenadora (e a quem elaborou a questão) perceber o papel do pronome oblíquo "a", que, obviamente, retoma o termo "região" e funciona como complemento (e não como sujeito) do verbo "compor". Em outras palavras, a expressão "os Estados que a compõem" equivale a "os Estados que compõem a região".

Alguém talvez esteja dizendo que nada disso muda o valor do dólar ou do barril de petróleo, que com "compõe" ou "compõem" se entende a mensagem, blabláblá, blabláblá, blabláblá. Como isso tem cheiro de demagogia e de populismo (da pior espécie) e como eu detesto as duas coisas (populismo e demagogia), acho melhor explicar (e entender) o mecanismo morfossintático, o que, em outras palavras, pode se transformar em ferramenta necessária e útil aos que querem escrever com clareza.

Pense comigo neste caso, caro leitor: "Que força compõe/compõem aqueles destacamentos?" Qual das formas se emprega nesse caso? Depende. Com a forma "compõe", quer-se perguntar qual é a força que compõe os destacamentos. Com a forma "compõem", quer-se perguntar quais são os destacamentos que compõem a força.

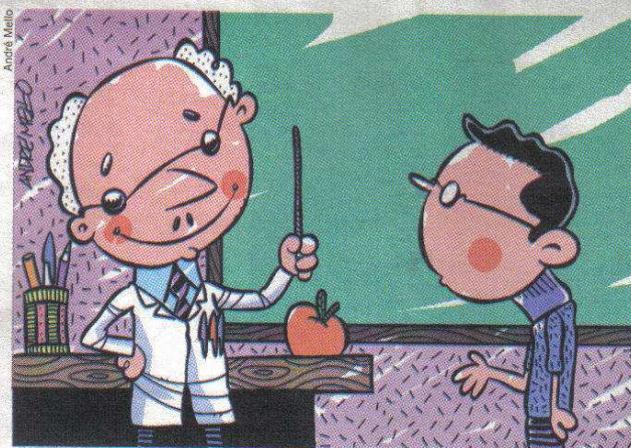
Convém lembrar que o que vale para o par "compõe/compõem" vale para todos os verbos terminados em "-por" ("expor", "impor", "repor" etc.), a começar pelo próprio verbo "pôr", ou seja, "põe" é da terceira pessoa do singular ("ele/ela põe"); "põem" é da terceira do plural ("eles/elas põem").

Bem, vamos ao segundo caso ("...como um desses direitos têm sido respeitados"). As formas "têm" e "respeitados" devem ser substituídas, respectivamente, por "tem" e "respeitado". Não custa lembrar que "tem" é da terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo "ter" ("ele/ela tem"), enquanto "têm" é da terceira do plural ("eles/elas têm"). Pois bem, o motivo da correção no segundo item do

trabalho escolar é simples: o aluno não deve mostrar como esses direitos têm sido respeitados, mas como um desses direitos tem sido respeitado. Forma e conteúdo andam juntos, caro leitor. A forma deve traduzir o que se quer dizer, ou seja, está a serviço do conteúdo e da construção do texto. É (só) para isso que se estuda gramática.

Antes que eu me esqueça, é bom dizer com todas as letras o que ficou claro ao longo deste texto: o casal tinha plena razão.

Até domingo. Um forte abraço. ■



Forma e conteúdo andam juntos, caro leitor. A forma deve traduzir o que se quer dizer, ou seja, está a serviço do conteúdo e da construção do texto."

E-mail para esta coluna: pasquale@oglobo.com.br

Correspondência: O GLOBO Rua Irineu Marinho 35, CEP20233-900 ou fax 2534-5535

5.4 Análise do texto 04: “Os estados que a compõem”

Nesta coluna do professor Pasquale, a questão é a discussão sobre a forma correta do verbo compor: “compõem” ou “compõe”. Esclarecemos novamente que nosso objetivo não é questionar se está certo ou errado as questões apontadas pelo professor, mas apenas apontar os preconceitos que suas discussões provocam no que se refere ao uso da língua “fora dos padrões gramaticais”.

Ao “explicar”, no 5 parágrafo, quando se usa uma forma e outra, o professor relata: *“Alguém talvez esteja dizendo que nada disso muda o valor do dólar ou do barril do petróleo, que com “compõem” ou “compõe” se entende a mensagem, blábláblá, Blábláblá, blábláblá. Como isso tem cheiro de demagogia e de populismo (da pior espécie) e como eu detesto as duas coisas (populismo e demagogia), acho melhor explicar (e entender) o mecanismo morfossintático, o que, em outras palavras, pode se transformar em ferramenta necessária e útil aos que querem escrever com clareza.”*

Anteriormente explicitamos sobre o poder que tem a palavra. Poder que gera, principalmente se dito por quem também possui o poder de manipular e que usa de argumentos para incutir na cabeça das pessoas leigas em determinado assunto. Considerando isso, podemos ver o preconceito que geram tais palavras.

Na imprensa temos hoje uma quantidade exagerada de opiniões sobre tudo. Vemos pessoas falarem e que não possuem nenhuma formação para dar opinião sobre determinado assunto.

Viver em um país subdesenvolvido como é o nosso, onde as chances de ascensão social se restringem a pequenos grupos e até mesmo onde uma quantidade enorme de pessoas vive abaixo da linha de pobreza, implica que ver o argumento normativo-prescritivista, utilizado pelo professor Pasquale como discriminatório, ao afirmar que “detesta demagogia e populismo”.

Suas palavras têm poder de convencer logicamente a população leiga pois é isso que muitos gostam de ouvir. De um lado a população que não tem meios de ascender socialmente, e de outro o professor confirmando sobre tudo o que analisamos.

Através deste veículo de poder, o professor divulga seu preconceito quanto ao uso efetivo da língua e também aos seus usuários, ou seja, o povo, o que demonstra falta de respeito e desprezo para com a população. O professor assume seu papel de gramático, por sua vez considerando-se pertencente à elite dominante, prova disso é sua própria coluna no Globo, em que o mesmo renega o populismo. O autor deixa claro que não aceita o que é populismo, uma vez que seus exemplos de língua considerada pura e correta se pautam em exemplos dos mais eruditos possíveis, retomando inclusive o exemplo anterior, ao citar a canção, com a suposta letra, há dois séculos passados. Entretanto, ao reforçar insistentemente o uso da gramática tradicional, o professor nos parece demagogo, tornando os seus argumentos fortes e extremamente discriminatórios.

Diante das palavras de Pasquale, percebemos a tentativa de banir do uso as formas populares, assim relacionadas como de pouco prestígio, uma vez que essas formas são normalmente usadas pelos grupos sociais menos favorecidos. E como afirma Scherre (2005), a língua também é usada como instrumento de opressão, de dominação.

Sabemos que quem estabelece as regras são os gramáticos, embora os usuários, procurando formas de melhor se comunicarem, usam as normas de acordo com o que melhor for para serem entendidos, provocando uma evolução. E o gramático, ou os gramáticos, ao negarem as diversas variedades que possui o nosso português, se negam a reconhecer as causas do então populismo apontado por Pasquale. Vemos que é injusto tratar as questões da língua assim, como se fosse simplesmente um ato de populismo e como se populismo não fosse um problema de pouco importância. Causas do populismo são conseqüências das injustiças sociais, da má distribuição de renda e da miséria do povo.

Fica evidente, nessa coluna de Pasquale, uma negação da variação da língua e uma “exclusão” dos falantes ditos “populares”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi exposto, podemos fazer algumas considerações na tentativa de vencer os preconceitos lingüísticos e sociais que existem na sociedade e nós, enquanto professora, tentar combater os mesmos preconceitos que a própria escola tem em relação ao “falar diferente” dos alunos, já que:

a língua é um fator de identidade, seja do indivíduo ou de um grupo ou de um povo. Forma um dos patrimônios mais importantes de um povo porque contém e ajuda a construir toda sua cultura e sua história. [...], ela também é um fator de dominação, discriminação e disseminação do preconceito. Por isso mesmo, deve ser tratada com cuidado para que não seja um instrumento de opressão desde tão cedo, ou seja, desde os primeiros anos escolares (Marcuschi,1996, p.10).

Esta pesquisa nos mostra que a escola tem o papel de aceitar as diferentes linguagens que os alunos trazem e a partir delas levá-los a conhecer as outras formas de variação existentes no Brasil. As diferentes formas de linguagem ou de uso da língua se estabelecem nas sociedades pelo próprio uso dela e pela evolução. As variações lingüísticas ocorrem sempre porque questões de classe, região, cultura, sexo, idade e pela própria evolução, logo esses diferentes usos da língua não podem ser tratados como preconceitos. Nesse sentido, este trabalho nos fez olhar de maneira diferente para o nosso papel enquanto professora de língua que, até então, pelas razões escolares e sociais que nos eram passadas e vivenciadas, mantinha uma atitude discriminatória.

Aprendemos que não existe Português “certo” e “errado”, “feio” ou “bonito”. Não podemos discriminar uma pessoa, seja qual for o seu nível social, idade ou sexo, pois todos nós somos responsáveis pelas transformações que ocorrem na cultura e no mundo.

Não existem línguas ou culturas pobres. Existem línguas e culturas diferentes. Assim não tem motivo para existir também a superioridade lingüística ou cultural em nosso povo.

É aceitando o outro e suas diferenças que mostramos a nossa superioridade, pois já dizia o filósofo Vico (1973), que um homem inteligente despoja-se de seus preconceitos. E muito teremos a ganhar se voltarmos a nossa observação para todas as pessoas valorizando o dialeto que cada um tem e partindo assim para que todos conheçam o que é melhor usar ou não.

As questões que envolvem a linguagem são, como percebemos, ideológicas e o preconceito lingüístico serve, muitas vezes, para mascarar um preconceito social contra determinado grupo, porque é comum associarmos a língua de uma pessoa a sua imagem.

O preconceito lingüístico, social, racial sempre existirá no mundo, mas devemos lutar contra ele, sem excluir da sociedade pessoas que apresentam dialeto diferente. Cada pessoa tem seu jeito de ser, bem como seu jeito de falar e falar diferente se caracteriza pelas diversas variedades que aqui expomos.

Como forma de manter o poder, aqueles que o mantêm têm no preconceito lingüístico uma arma para que este se perdue, mas a sociedade e a escola, principalmente a escola, devem proporcionar aos alunos o reconhecimento das diversas formas lingüísticas para que eles conheçam os diferentes níveis de linguagem existentes e escolham o “correto” ou o “errado” de acordo com o contexto.

Também é importante ressaltar que o que os alunos chamam de “português difícil” são as complicações e inúmeras regras que tem na gramática tradicional. E mais ainda, gramática não ensina ninguém a falar direito, falar é uma habilidade que todos aprendemos nas interações, por meio da nossa condição de seres humanos.

O ensino tradicional da gramática faz com que os alunos rejeitem a língua que falam, não demonstrando interesse em pesquisar mais a fundo. Isso causa um problema que os acompanha para a vida, gerando fracasso em redação, medo de escrever, medo de expressão.

Podemos acrescentar que é urgente também que todos os professores saibam o valor que tem cada aluno como sujeito participante das mudanças que ocorrem na língua e que este também faz parte da história do português, seja de qual origem for.

Cada pessoa tem seu jeito próprio de agir, de pensar e de se comunicar. Nunca uma maneira de fala deve ser impedimento para alguém não conseguir algo na sociedade, pois todos são iguais perante a lei. Pessoas que não tiveram oportunidade de ir à escola não podem ser excluídas do processo de comunicação.

Obviamente a escola tem o papel de propagar o saber, de oportunizar o aluno a ampliar suas capacidades lingüísticas para saber se portar nas diferentes instâncias da sociedade, tanto para falar, como para ler, escrever e ouvir. O que nosso estudo nos mostra é que há variações que ocorrem na língua e que essas variações, as mais diversas, não podem ser consideradas como “erros”, gerando preconceitos e exclusões. A própria valorização das variações da língua permite uma certa “inclusão”, logo uma ascensão que permite o uso da língua nos diferentes espaços da sociedade.

Enfim, as colunas do professor Pasquale ainda continuarão fazendo parte de nossa pesquisa, pois o trabalho nos deu margem para outras discussões, só que agora com um novo olhar e, na medida do possível, pretendemos avaliar até que ponto seus preceitos são verdadeiramente aceitos pela nossa sociedade. Em se tratando de regras, de gramáticas normativas, estas terão seu valor em nosso trabalho de professora, mas não da mesma forma como é tomada pelos escritos do professor Pasquale. E também a gramática tem, nas nossas aulas, seu papel merecido na medida ainda em que nos é útil.

Como nosso objetivo é tornar o aluno capaz de se portar em diferentes níveis de linguagens e tornar-se lingüisticamente competente em sua língua, devemos fazê-los conhecer a nossa gramática tradicional e a gramática que todos já trazemos, ainda que seja para uma atitude de crítica. E devemos olhar para frente sempre certos de que essas discussões sobre a língua estarão na sociedade, pois esta sempre mudará como nós também mudaremos. E, em favor da sociedade, lutaremos contra o preconceito lingüístico e social. Mostrando assim que o respeito pelas línguas de um povo indica a nossa capacidade de interagir com o mundo e de viver em verdadeira democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, M. L., PONTARA, Marcela N., FADEL, Tatiana. **Português Língua e Literatura**. 2^a Ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BAGNO, M. **A Língua de Eulália: Novela-Sociolingüística**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Dramática da língua portuguesa**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Preconceito Lingüístico – o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2002.

BAGNO, M. et al. **Língua Materna Letramento, Variação e ensino**. . 2^a edição. São Paulo: Moderna, 2003.

BECHARA, E. **Ensino da Gramática: Opressão ou Liberdade?** São Paulo: Ática. Série Princípios, 1991.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 171 p.

CÂMARA, J. M. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis: vozes, 1986.

CARVALHO, J. G. H. **Teoria da Linguagem**. Coimbra: Atlântida Editora, 1967.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua Portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1991.

COUTO, H. H. **O que é português brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, C.F. da. **Língua Portuguesa e Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

_____. **Falares Regionais**. Atlas Cultural do Brasil. Ministério da Educação e Cultura-Fename. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1973 pp. 70-7.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica**. São Paulo: Ática, 1998.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio, Século XX: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12 ed. Trad. R. Machado. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

GLEASON, H. A. (1961) **Na Introduction to Descriptive Linguistics**. Holt, Rinehart and Wiston. U.S.A, 1961.

GNERRE, M. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HOUAISS, A. **O que é a Língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

GALBRAITH, J. K. **Anatomia do Poder**. Tradução de Hilário Tortoni. São Paulo: Pioneira, 1986. 205 p.

ILARI, Rodolfo. BASSO, Renato. **O Português da gente: A língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V. (org). **Gramática do Português Falado**. 2ª ed. Revista. Campinas: Editora Unicamp Fapesp, 2002.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Língua Pátria, Fator de identidade e Resistência. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, (2000).

LUFT, C. P. **Língua e liberdade; por uma concepção da língua materna**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARTINET, A. **Conceitos Fundamentais de Lingüística**. Brasil: Martins Fontes, 1976.

MASSAUD, Moisés. **A literatura através dos textos**. São Paulo: Cultrix, s.d.p.23.

MASUDA, Y. **A sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1982.

NEVES, M. H. de M. **Gramática na escola**. São Paulo: contexto, 1994.

MIRANDA, A. **Informação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1977. 135 p.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma Lingüística Crítica; Linguagem, Identidade e a questão Ética**. São Paulo: parábola Editorial, 2003.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: Variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SOARES, M. **Linguagem e escola; uma perspectiva social**. 10 ed. São Paulo: Ática, 1988.

PERINI, M. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Para uma Nova Gramática do português.** São Paulo: Ática, 2002.

_____. (1997) **Sofrendo a Gramática.** São Paulo: Ática, 1997.

POPPER, K. **A miséria do Historicismo.** Tradução de Octany s> da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1980. 126 p.

POSSENTI, S. **Porque (não) Ensinar Gramática na Escola.** São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

TOFFLER, A. Powershift: **As Mudanças do Poder.** Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1990. 613 p.

VICO. Tradução de Antônio Lázaro de Almeida Prado. São Paulo: Abril Cultural. Coleção “os Pensadores”, 1973.

WARDHAUGH, R. **Introduction to Linguistics.** New York San Francisco:121_ Mc Graw Hill Book Company, 1972.